



**SUZANO**  
PAPEL E CELULOSE

**SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55  
NIRE 29.300.016.331

**DOCUMENTOS RELATIVOS A AGOE NOS TERMOS DA ICVM 481**

- I. ANEXO 9-1-II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011
- II. ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
- III. ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
- IV. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
- V. ITEM 13 - DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
- VI. PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA
- VII. INFORMAÇÕES DO ANEXO 14 – AUMENTO DE CAPITAL
- VIII. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
- IX. Os demais documentos elencados no art. 9º da Instrução CVM 481/09, já se encontram disponíveis nos sites da Companhia [www.suzano.com.br/ri](http://www.suzano.com.br/ri) e na página da CVM [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

**ANEXO 9 -1-II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011**

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO  
EM 31/12/2011 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A., A  
SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA., NOS  
TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09.**

1. Informar o lucro líquido do exercício.

**O lucro líquido apurado pela Companhia, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 29.891.338,58.**

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

**O montante global dos dividendos, considerando os dividendos antecipados na forma de juros sobre capital próprio, já declarados em RCA de 22/12/2011, será de R\$ 96.000.118,76, resultando um valor bruto de R\$ 0,22619 por ação ordinária, R\$ 0,24881 por ação para as ações preferenciais classes "A" e "B", sobre os quais incidiram o Imposto de Renda na Fonte.**

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

**O percentual do lucro líquido ajustado, distribuído foi de 100%, creditado antecipadamente na forma de juros sobre o capital próprio.**

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

**Não aplicável.**

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

**Não aplicável.**

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

**Não haverá proposta de para pagamento de dividendos complementares para o exercício de 2011.**

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

**Não há incidência de atualização e juros sobre os juros sobre capital próprio propostos.**

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

**Não aplicável.**

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

b. Informar as datas dos respectivos pagamentos.

<b>Data de Pagamento</b>	<b>Dividendos/JCP</b>	<b>Montante Distribuído (R\$)</b>
15/03/2012	JCP	96.000.118,76

7. Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Lucro (prejuízo) por ação (Em reais mil)	2011	2010	2009	2008
ON	0,07043	1,97777	2,89519	(1,41847)
PNA	0,07747	2,17555	3,18471	(1,41847)
PNB	0,06250	2,12500	3,23077	(1,30769)

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Data do Pagamento	Dividendos/JCP	ON (por ação)	PNA (por ação)	PNB (por ação)
<b>2008</b>				
Não houve pagamento de proventos				
<b>2009</b>				
11/11/2009	JCP	0,10796	0,11876	0,11876
10/03/2010	JCP	0,58804	0,64684	0,64684
17/05/2010	Dividendos	0,010	0,011	0,011
<b>2010</b>				
10/09/2010	JCP	0,14433	0,15877	0,15877
15/03/2011	JCP	0,36372	0,40010	0,40010
	JCP (pro-rata)	0,02990	0,03288	- o -
09.05.2011	Dividendos	0,03158	0,03473	0,03473
	Dividendos (pro-rata)	0,01446	0,01591	- o -
<b>2011</b>				
15/03/2012	JCP	0,10796	0,11876	0,11876

(\*) Lucro ajustado em conformidade com as normas da CVM e padrão contábil internacional (IFRS)

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

**O montante destinado à reserva legal será de R\$ 1.494.566,93.**

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

**Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/56 e nos termos do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia. Tal reserva pode deixar de ser constituída no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital (art. 182 da Lei nº 6.404), exceder 30% do capital social.**

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

**Nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, que os titulares das ações preferenciais Classe B terão prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre a parte do capital social constituída por essa espécie e classe de ações.**

**O dividendo prioritário revelou-se inferior ao dividendo normal e, por isso, prevaleceu este último.**

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

**O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

**Não há parcela cumulativa não paga.**

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

**Não se aplica.**

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

**Não se aplica.**

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

**O artigo 31 do Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento de dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/1976, a ser, por proposta da administração, submetido à deliberação da Assembleia Geral.**

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

**Sim.**

c. Informar o montante eventualmente retido.

**Não aplicável..**

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a) informar o montante da retenção; b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos e c) justificar a retenção dos dividendos.

**Não haverá retenção do dividendo obrigatório**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a) identificar o montante destinado à reserva; b) identificar a perda considerada provável e sua causa; c) explicar porque a perda foi considerada provável e d) justificar a constituição da reserva.

**Não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar e b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

**Não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

**Nos termos do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, após o cálculo do dividendo mínimo obrigatório, o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta Reserva, não poderá ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.**

b. Identificar o montante destinado à reserva.

**Não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias..**

c. Descrever como o montante foi calculado.

**Não aplicável.**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: a) identificar o montante da retenção e b) fornecer cópia do orçamento de capital

**Não aplicável.**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Montante destinado à reserva

**Não aplicável**

b. Natureza da destinação

**A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal do Imposto sobre a Renda (não se estende à CSLL), consistente de redução de 75% (setenta e cinco por cento) no montante do imposto a pagar, tanto para a linha 1 de Mucuri, quanto para a linha 2 também de Mucuri.**

**De acordo com os registros da Companhia, no exercício de 2011, não houve redução do imposto de renda sobre os lucros devido à apuração da base negativa para este imposto.**

## **INFORMAÇÕES DO ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

### **10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações contábeis de encerramento do exercício social.**

#### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, assim como acesso a diferentes fontes de financiamentos para complementar seu plano de expansão. A Companhia tem concentrado seus esforços na busca de linhas com prazos mais longos e custos competitivos, por exemplo, o financiamento já contratado com BNDES no valor de R\$ 2.731,6 milhões. Adicionalmente, com o objetivo de adequar sua estrutura de capital, concluiu em junho de 2011 a emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações no valor de R\$1.279,3 milhões.

Diversas providências estão em implantação para fortalecer a estrutura de capital e viabilizar os projetos futuros do Plano Suzano 2024. Conforme já anunciado, a Companhia está trabalhando na venda de sua participação na Usina Amador Aguiar (Capim Branco), na venda de terras no Estado de São Paulo e na capitalização da Suzano Energia Renovável. Além disso, vendas de determinados ativos da área de papel e/ou participações em novos projetos da área de celulose estão sendo analisadas e não está descartada a emissão de ações, não havendo qualquer decisão tomada neste particular.

Nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 29,9 milhões, de R\$ 769,0 milhões e de R\$ 946,5 milhões. Estas variações no resultado da Companhia são reflexos do resultado contábil das variações monetárias e cambiais e resultado operacional. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$1.301,7 milhões em 2011, de R\$ 1.724,6 milhões em 2010 e R\$ 1.176,5 milhões em 2009.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item “10.1.b”.

#### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 9.673,5 milhões. Este aumento em relação a 2010 deve-se principalmente pela emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações na data da subscrição contabilizadas em reservas de capital. Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido era de R\$ 8.640,7 milhões, representando um acréscimo de 9,9%, ou R\$ 776,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2009. A variação é explicada, em sua maior parte, pela operação de conversão de debêntures da 4ª emissão em ações e também pela constituição de reservas em 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 3.273,9 milhões. Na mesma data, a dívida líquida consolidada totalizava R\$ 5.469,8 milhões e o EBITDA do ano foi de R\$ 1.301,7 milhões. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, em 2011 reflete, principalmente: (i) aumentos de volumes de papel e celulose da unidade Limeira (ex-Conpacel); (ii) aumento das vendas no mercado interno de papel; (iii) reduções de preços de celulose e papel, ocorridos ao longo de 2011; (iv) incremento do CPV, (v), apreciação do Real em relação ao Dólar e (vi) ganho contábil na aquisição de Conpacel e ganhos na atualização do valor justo dos ativos biológicos (efeito não caixa).

A relação dívida líquida/EBITDA foi de 4,2x, resultado decorrente principalmente: (i) do incremento da dívida bruta, reflexo da variação da taxa de câmbio de 13% sobre a exposição de balanço anual entre a abertura (R\$ 1,67/US\$) e o fechamento (R\$1,88/US\$), com impacto contábil na dívida atrelada à moeda estrangeira; e (ii) da redução do EBITDA em comparação a 2010. A relação dívida líquida / EBITDA no encerramento do exercício de 2010 foi de 2,0x, em comparação a 3,5x no encerramento do exercício de 2009.

#### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, o passivo circulante da Companhia era de R\$3.084,6 milhões, R\$2.075,2 milhões e R\$2.258,8 milhões, respectivamente, valores estes inferiores ao ativo circulante, que, nos mesmos exercícios sociais, era de R\$ 5.372,2 milhões, R\$5.423,8 milhões e R\$4.230,7 milhões, respectivamente.

A disponibilidade de caixa, em 31/12/2011 era de R\$ 3,3 bilhões e as dívidas a vencer nos próximos dois anos somam R\$ 3,5 bilhões, o que implica em um horizonte de liquidez confortável para a Companhia.

Nossos projetos de crescimento contam com financiamentos que oferecem condições competitivas, incluindo prazos de pagamentos de juros e principal compatíveis com os fluxos de retornos dos projetos, de modo a evitar que sua implementação pressione a capacidade de pagamento da Companhia.

Pelo exposto, a diretoria entende que a geração operacional de caixa, o acesso aos mercados de capitais e de financiamentos a custos e prazos competitivos, permitirá honrar suas obrigações para manutenção das operações atuais da Companhia, bem como, dar continuidade aos seus projetos de crescimento.

#### **d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A Companhia capta recursos, quando necessário, por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita apropriado para o desempenho de suas atividades e planos de expansão. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item “10.1.f.”.

O financiamento de capital de giro é baseado em operações de financiamento de exportações, que oferecem custos mais baixos e prazos mais longos do que os disponíveis no mercado local e ainda permitem o casamento dos fluxos de recebimentos de exportações com os fluxos de pagamentos destes financiamentos, trazendo como vantagem adicional a proteção dos recebíveis de exportações contra o risco de variação cambial.

Para o financiamento de projetos, a Companhia contrata, preferencialmente, empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras instituições de financiamento, como Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e financiamentos externos com apoio de *Export Credit Agencies* (ECA), que oferecem condições mais vantajosas, incluindo prazos de pagamentos de juros e principal compatíveis com os fluxos de retornos dos projetos, de modo a evitar que sua implementação pressione a capacidade de pagamento da Companhia.

Diversas providências estão em implantação para fortalecer a estrutura de capital e viabilizar os projetos futuros do Plano Suzano 2024. Conforme já anunciado, a Companhia está trabalhando na venda de sua participação na Usina Amador Aguiar (Capim Branco), na venda de terras no Estado de São Paulo e na capitalização da Suzano Energia Renovável. Além disso, vendas de determinados ativos da área de papel e/ou participações em novos projetos da área de celulose estão sendo analisadas e não está descartada emissão de ações, não havendo qualquer decisão tomada neste particular.

A Companhia possui também três emissões de debêntures, divididas em duas séries cada uma. O montante total remanescente dessas emissões era de R\$ 855,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, conforme detalhado no item “10.1.f.”.

A Companhia mantém, ainda, contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a:

- Equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos são denominados em Dólares ou CDI e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final dos prazos de arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por preços substancialmente inferiores aos seus valores justos. A administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato; e
- Equipamentos de informática e serviços de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e não possuem cláusulas de opção de compra dos ativos ao final de 45 meses, sendo o ativo devolvido ao final deste período.

#### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia possui alto nível de liquidez, geração de caixa consistente e amplo acesso ao mercado de capitais, conforme apontado nos itens “10.1.a.” e “10.1.b.”. Isto garante como explicado no item “10.1.c.”, o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos de crescimento. As fontes de financiamento utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1. f.”.

#### **f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia**

## Financiamentos e Empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, comparados às posições de 31 de dezembro de 2010 e de 31 de dezembro de 2009 apresentavam as seguintes fontes (em milhares de Reais):

### FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Indexador	Taxa média anual de juros em 31/12/2011	Controladora			Consolidado		
			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<b>Imobilizado:</b>								
BNDES - Finem	TJLP <sup>(1)</sup> (2)	8,32%	1.868.598	1.860.087	1.811.753	1.913.674	1.914.007	1.876.437
BNDES - Finem	Cesta de moedas <sup>(2)</sup>	5,77%	587.237	299.644	286.137	587.237	299.644	286.137
BNDES - Finame	TJLP <sup>(1)</sup> (2)	4,69%	5.430	7.123	9.637	5.430	7.123	9.637
BNDES - Finame	Cesta de moedas	6,39%	8	60	120	8	60	120
BNDES - Automático	TJLP <sup>(1)</sup> (2)	9,30%	1.044	2.832	4.622	1.044	2.832	4.622
BNDES - Automático	Cesta de moedas	6,39%	117	282	477	117	282	477
FNE - BNB	Taxa pré-fixada <sup>(2)</sup>	8,50%	111.887	129.906	147.921	111.887	129.906	147.921
FINEP	Taxa pré-fixada <sup>(2)</sup>	4,75%	41.818	34.679	14.599	41.818	34.679	14.599
Crédito Rural	CDI / Taxa Fixa	8,03%	31.563	41.266	22.321	31.563	41.266	22.321
Arrendamento financeiro mercantil	CDI / US\$	10,98%	86.385	65.469	77.136	86.385	65.469	77.136
<b>Capital de giro:</b>								
Financiamentos de exportações	US\$ <sup>(3)</sup>	3,79%	2.267.573	1.641.907	2.192.358	2.338.378	1.725.225	2.280.195
Financiamentos de Importações	US\$ <sup>(4)</sup>	1,26%	186.848	203.102	258.369	186.848	287.159	346.755
Nordic Investment Bank	US\$ <sup>(5)</sup>	5,74%	73.337	74.454	87.572	73.337	74.454	87.572
Nota de crédito de exportação	CDI	11,26%	974.819	348.060	382.836	974.819	348.060	382.836
Nota de crédito de exportação	US\$	3,61%	65.765	51.547	53.867	65.765	51.547	53.867
BNDES - EXIM	TJLP <sup>(1)</sup>	9,72%	114.972	308.159	100.792	114.972	308.159	100.792
Senior Notes	Taxa fixa <sup>(6)</sup>	5,88%	-	-	-	1.222.627	1.072.490	-
Desconto de Duplicatas-Vendor			119.855	155.593	144.979	119.855	155.593	144.979
Outros			542	953	743	12.341	13.604	7.905
			<b>6.537.798</b>	<b>5.225.123</b>	<b>5.596.239</b>	<b>7.888.105</b>	<b>6.531.559</b>	<b>5.844.308</b>
<b>Parcela circulante (inclui juros a pagar)</b>			<b>2.064.175</b>	<b>1.194.742</b>	<b>1.412.981</b>	<b>2.142.138</b>	<b>1.340.127</b>	<b>1.432.731</b>
<b>Parcela não circulante</b>			<b>4.473.623</b>	<b>4.030.381</b>	<b>4.183.258</b>	<b>5.745.967</b>	<b>5.191.432</b>	<b>4.411.577</b>

- 1) Contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), divulgada pelo Banco Central do Brasil. O custo financeiro destas operações obedece ao regime de capitalização por juros compostos, sendo que a parcela da TJLP que exceder a 6,00% a.a. será capitalizada ao saldo devedor, e a parcela não capitalizada será acrescida de um *spread* básico (estabelecido de acordo com as Políticas Operacionais do Sistema BNDES) e de um *spread* de risco;
- 2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária.
- 3) A Companhia, através de sua subsidiária Suzano Trading, assinou um contrato de financiamento junto ao Banco WestLB AG, no valor de US\$ 50 milhões, com o objetivo de financiar exportações. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício findo, do limite para a razão entre a dívida líquida consolidada e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortizações consolidado ("EBITDA"). Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas na data destas demonstrações contábeis.
- 4) A Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de US\$ 150 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri - BA. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício, do limite para a razão entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas na data destas demonstrações contábeis.
- 5) A Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank, o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (*Credit Facility Agreement*), no valor de até US\$ 50 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada relacionados ao Projeto Mucuri - BA. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício findo, do limite para a razão entre a dívida



líquida consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas na data destas demonstrações contábeis.

- 6) Em setembro de 2010 a Companhia, por intermédio da sua subsidiária internacional Suzano Trading, emitiu *Notes Due 2021* no mercado internacional US\$ 650 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2021 e com pagamento de juros semestrais de 5,875% a.a. (*yield to maturity* 6,125% a.a.). A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

## Debêntures

Conforme mencionado no item “10.1.d.” acima, a Companhia possui três emissões de debêntures detalhadas abaixo (em milhares de Reais):

### DEBÊNTURES

Emissão	Série	Quantidade	31/12/2011			31/12/2010		31/12/2009		Indexador	Juros	Resgate
			Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante					
3ª	1ª	333.000	40.415	507.659	548.074	513.368	455.939	IGP-M	10% *	01/04/2014		
3ª	2ª	167.000	3.039	104.435	107.474	92.746	96.669	US\$	9,85%	07/05/2019		
4ª	1ª	8.776	3.635	-	3.635	6.359	82.548	TJLP	2,50%	03/12/2012		
4ª	2ª	17.552	7.097	-	7.097	12.363	164.554	TJLP	2,50%	03/12/2012		
5ª	1ª	401.819	18.986	44.770	63.756	-	-	IPCA	4,50%	16/12/2013		
5ª	2ª	798.181	37.714	87.850	125.564	-	-	IPCA	4,50%	16/12/2013		
			<b>110.886</b>	<b>744.714</b>	<b>855.600</b>	<b>624.836</b>	<b>799.710</b>					

\* O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8% a.a. para 10% a.a.

#### a) Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, realizada em agosto de 2004, no valor de R\$ 500.000 é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$ 333.000 e a segunda no montante de R\$ 167.000, ambas com prazo de vencimento original em 2014 em parcela única. A primeira série, ofertada ao mercado local tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram aprovadas: (i) a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª série, anteriormente prevista para 01 de abril de 2014, passando para 07 de maio de 2019 e (ii) a alteração dos juros remuneratórios, que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir daquela data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

Em Assembleias Gerais de Debenturistas realizada em 04 de maio de 2010, foram homologadas, com a aprovação de 93,88% dos debenturistas da 1ª série e de 100% dos debenturistas da 2ª série: (i) alterações dos níveis máximos de alavancagem expresso nas razões entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido e entre Dívida Líquida e EBITDA; (ii) o ajuste da definição de “Dívida Líquida Consolidada” contida na escritura de emissão; (iii) a introdução de uma opção de recompra das Debêntures pela Companhia em determinados casos de possibilidade de vencimento antecipado. Para implementar estas alterações, a Companhia pagou aos debenturistas, em 11 de maio de 2010, um prêmio equivalente a 0,75% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$ 4.234.

Nos trimestres findos em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, o nível máximo de alavancagem expresso na razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA consolidado igual ou inferior a 4,0 (covenant), determinado na escritura de emissão, foi ultrapassado.

Em Assembleias Gerais de Debenturistas, realizada em 28 de dezembro de 2011, 83,89% dos debenturistas da 1ª série e 100% dos debenturistas da 2ª série aprovaram a concessão de renúncia ao direito que lhes é garantido pela escritura de emissão de declarar o vencimento antecipado das debêntures em caso de eventual descumprimento do covenant indicado acima por dois trimestres consecutivos. Tal renúncia vigorará até o terceiro trimestre de 2012, quando então a Companhia deverá voltar a observar o referido nível máximo de alavancagem. Para tanto, a Companhia pagou aos debenturistas, em 04 de janeiro de 2012, um prêmio equivalente a 1,90% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$ 11.928.

#### **b) Debêntures da 4ª emissão**

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 01 de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 80,0 milhões e a segunda no valor nominal de R\$ 160,0 milhões, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R\$ 18,0 milhões nominais e o restante, no valor de R\$ 221,9 milhões nominais, foram subscritos pela BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), consoante contrato firmado com essa subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. – BNDES ("BNDES"). As debêntures da 4ª emissão têm vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, após carência de quatro anos, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures poderão ser convertidas em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 13,84 por ação, a partir de 30 de abril de 2010. Para as ações ordinárias resultantes da conversão o BNDESPAR se obriga a vender e o acionista controlador da Companhia se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

Em dezembro de 2010, foram convertidas pela BNDESPAR 70.959 debêntures da 1ª série e 141.919 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 5.263.014 ações ordinárias e 10.526.267 ações preferenciais Classe "A" da Companhia. A totalidade das ações ordinárias resultantes da conversão foi adquirida pela Suzano Holding S.A. controladora da Suzano.

#### **c) Debêntures da 5ª emissão**

A 5ª emissão foi concluída em junho de 2011, com data de emissão em 15 de dezembro de 2010, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 401,8 milhões e a segunda no valor nominal de R\$ 798,1 milhões, ambas mandatoriamente conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. As debêntures, em valores nominais, da primeira série foram subscritas na totalidade pelos acionistas controladores no montante de R\$ 401,8 milhões. A segunda série no montante de R\$ 236,4 milhões foram subscritas pelos acionistas controladores, R\$ 24,2 milhões pelos acionistas minoritários e R\$ 537,6 milhões pelo BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 5ª emissão têm vencimento final em 16 de dezembro de 2013. Os juros anuais são de 4,5% a.a., pagáveis anualmente sempre no dia 15 do mês de janeiro, com a primeira data de pagamento em 15 de janeiro de 2012 e a última data de pagamento coincidindo com a última data de conversão. O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da data de emissão até a liquidação das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas em ações, a partir de 17 de dezembro de 2012 até a data de vencimento, a critério dos debenturistas, pelo preço de R\$ 17,39 por ação, deduzidos do valor os proventos declarados por ação, a partir de 01 de janeiro de 2011, limitados ao montante máximo acumulado de R\$ 1,00.

Para determinação da contabilização dessas debêntures mandatoriamente conversíveis em ações a Administração utilizou o CPC 38, 39 e 40 – Instrumentos Financeiros.

Na emissão dessas debêntures foi identificado o componente de juros desta transação. Foram calculados os juros incidentes sobre toda a transação e, trazidos a valor presente, registrados na rubrica Debêntures devido sua liquidação ocorrer através do desembolso de caixa, segregados entre curto e longo prazos. Com o transcorrer do prazo da transação, serão calculados os juros efetivos incorridos e a diferença apurada para o valor reconhecido a valor presente, será registrado em Debêntures com contrapartida a rubrica de Despesas Financeiras.

Do montante efetivamente subscrito e recebido pela Companhia, foi deduzido o componente de juros e o saldo registrado em Reserva de Capital no montante mandatoriamente conversível em ações na data da subscrição.

Todas as debêntures serão atualizadas pelo IPCA, sendo este componente passivo registrado na rubrica de Debêntures em contrapartida a rubrica de Despesas Financeiras. Na liquidação deste passivo financeiro por ocasião da conversão mandatória das debêntures o montante acumulado será reclassificado para o Patrimônio Líquido. A classificação como passivo financeiro justifica-se pelo número variável de ações que serão emitidas quando de sua conversão, conforme requerido pelo parágrafo 29 do CPC 39.

### Covenants financeiros previstos nas escrituras de debêntures:

A escritura de emissão das debêntures da 3ª emissão prevê cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, conforme descritos abaixo:

1) a razão entre Dívida Líquida Consolidada e Patrimônio Líquido consolidado igual ou menor a (i) 1,5 ao final de cada trimestre civil até a Data de Vencimento para as Debêntures da 1ª Série e até 31 de março de 2014 para as Debêntures da 2ª Série, e (ii) 1,0 ao final de cada trimestre civil de 01 de abril de 2014 até a Data de Vencimento para as Debêntures da 2ª Série.

2) a razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA consolidado igual ou inferior a (i) 4,5 ao final de cada trimestre civil até 31 de dezembro de 2007, (ii) 4,0 ao final de cada trimestre civil de 01 janeiro de 2008 até a Data de Vencimento para as Debêntures da 1ª Série e até 31 de março de 2014 para as Debêntures da 2ª Série, e (iii) 3,0 ao final de cada trimestre civil de 01 de abril de 2014 até a Data de Vencimento para as Debêntures da 2ª Série.

3) a razão entre EBITDA consolidado/Despesas Financeiras Líquidas consolidadas igual ou superior a 2,5 vezes ao final de cada trimestre civil e até a Data de Vencimento.

Sobre o cumprimento dos níveis máximos de endividamento e de alavancagem, vide informações no item “c” acima.

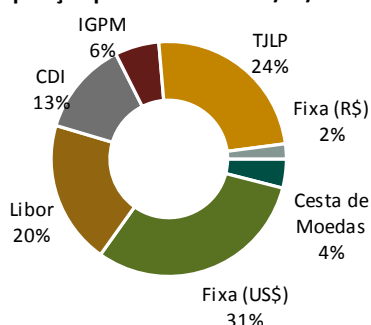
As debêntures da 4ª e 5ª emissão não possuem cláusulas contratuais restritivas financeiras, limitando níveis máximos de endividamento e de alavancagem.

Para mais informações a respeito das debêntures de emissão da Companhia, veja o item 18.5 do Formulário de Referência.

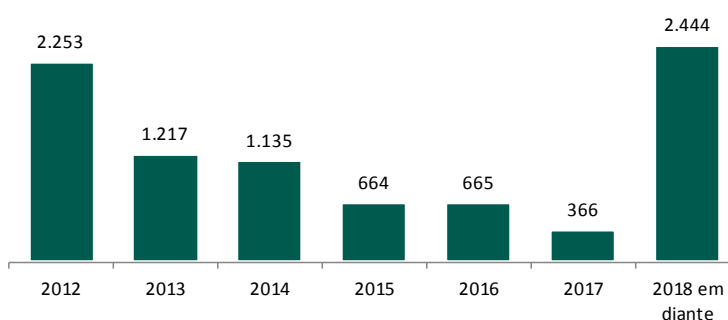
### Amortizações

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de dezembro de 2011, assim como a exposição do endividamento da Companhia por indexadores são apresentados abaixo:

Exposição por Indexador - 31/12/2011



Amortização (R\$ milhões)



## g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011, havia dois contratos de financiamento vigentes com saldos pendentes de desembolso e com limites de utilização. Os contratos em questão são o Contrato de Abertura de Limite de Crédito e o contrato de financiamento do Projeto Maranhão, ambos celebrados com o BNDES, conforme abaixo explanado:

Agente Financeiro	Contrato	Financiamento	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Valor	%	Valor	%
BNDES	CALC - Contrato de Abertura de Limite de Crédito	R\$ 705 milhões	R\$ 625,6 milhões	89%	R\$ 79,4 milhões	11%
BNDES	Projeto Maranhão	R\$ 2.731,6 milhões	R\$ 329,7 milhões	12%	R\$ 2.401,9 milhões	88%

## h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

### Análise Comparativa dos Resultados Consolidados – Exercícios 2011 / 2010

#### Receita Líquida

Em 2011, a receita líquida alcançou recorde de R\$ 4.848,0 milhões, 7,4% superior àquela registrada em 2010, sendo R\$ 2.835,1 milhões as receitas do segmento de papel e R\$ 2.012,9 milhões de celulose de mercado. Neste período, alcançamos volume de vendas de celulose de mercado de 1,8 milhão de toneladas, acréscimo de 12,5% em comparação ao exercício anterior. Este aumento deve-se ao volume adicional da atual Unidade Limeira (ex-Conpacel) e, ao mesmo tempo, à oportunidade de vendas adicionais no mercado brasileiro, que representaram 20% do total vendido. As vendas de papel totalizaram 1,3 milhão de toneladas reflexo dos volumes adicionais de Conpacel e KSR, proporcionando um acréscimo de 24,9% das vendas no mercado doméstico.

A participação das vendas de papel e celulose para o mercado externo na nossa receita líquida total foi de 53,6% ou R\$ 2.600,0 milhões em comparação à participação de 57,6% registrada em 2010. A receita proveniente das vendas de celulose alcançou 41,5% da receita total de 2011, comparado a 44,7% em 2010 e 40,7% em 2009, reflexo do volume adicional vendido da Unidade Limeira (ex-Conpacel) e dos menores preços de celulose praticados em 2011.

O preço líquido médio de venda de celulose atingiu US\$ 665 / tonelada em 2011, 6,8% inferior ao valor registrado em 2010, devido principalmente à retomada da oferta mundial e aumento dos estoques globais. Em Reais, o preço líquido médio foi de R\$ 1.113 / tonelada, 11,4% inferior ao praticado em 2010, afetado, em parte, pela apreciação da moeda nacional de 4,9% no ano (câmbio médio). O preço líquido médio do papel (mercado interno e mercado externo) em Reais foi de R\$ 2.123 / tonelada, decréscimo de 1,6% em comparação a 2010. No mercado interno tivemos um preço líquido médio de papel de R\$ 2.313 / tonelada, comparado a R\$ 2.427 / tonelada em 2010. O preço líquido médio deste mesmo segmento no mercado externo atingiu US\$ 1.097 / tonelada, 6,0% acima de 2010, em Reais, aumento de 0,8% impactado pela apreciação do Real em relação ao Dólar. O preço médio total (papel e celulose) em 2011 foi de R\$1.542 / tonelada, redução de 5,6% em relação a 2010.

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) em 2011 foi de R\$ 3.771,9 milhões, 19,8% superior ao registrado em 2010. Este incremento deveu-se, principalmente, ao maior volume e *mix* de produtos vendidos, aumento de preços ou consumo dos principais insumos, tais como óleo combustível, soda cáustica e clorato de sódio, e ao aumento da participação de madeira de terceiros na matriz de abastecimento de 2011. O CPV unitário em 2011 foi de R\$ 1.200,0 / tonelada em comparação a R\$ 1.139,5 / tonelada, aumento de 5,3% em relação ao ano anterior.

### Despesas Administrativas, com Vendas e Outras Despesas / Receitas Operacionais

As despesas administrativas totalizaram R\$ 333,8 milhões em 2011 em comparação aos R\$ 288,5 milhões de 2010. O incremento ocorreu, principalmente, em função da reclassificação das despesas da unidade Limeira que anteriormente eram contabilizadas como custos em função da operação por meio de consórcio (Conpacel), despesas com os projetos de expansão do Plano Suzano 2024, gastos com reajustes trabalhistas e reestruturação de pessoal, além de serviços de terceiros, como consultoria e assessoria.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 247,7 milhões em 2011 em relação aos R\$ 228,0 milhões de 2010. O incremento ocorreu, principalmente, em função de maiores gastos com logística e pessoal devido ao aumento de volumes vendidos no mercado interno e despesas advindas das aquisições de 50% do Conpacel (atual unidade Limeira) e 100% da KSR, além de serviços de terceiros.

As outras receitas operacionais totalizaram R\$ 181,8 milhões em 2011, impactadas por: (i) ganho contábil na aquisição de Conpacel e KSR; (ii) ganhos na atualização do valor justo dos ativos biológicos (efeito não caixa); (iii) lucro na venda de outros produtos e ativo imobilizado; (iv) venda de direitos relacionados ao crédito de Unidade Padrão da Eletrobrás; (v) ganho na redução do passivo atuarial. Em 2010 somaram R\$ 323,8 milhões, impactadas positivamente e principalmente por item não recorrente no valor líquido de R\$ 260 milhões decorrente da alienação de ativos no estado de Minas Gerais.

### EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração de caixa, medido pelo EBITDA, foi de R\$ 1.301,7 milhão e a margem foi de 26,8% em 2011 devido, principalmente aos aumentos de volumes de papel e celulose da unidade Limeira (ex-Conpacel); aumento das vendas no mercado interno de papel; reduções de preços de celulose e papel, ocorridos ao longo de 2011; incremento do CPV, apreciação do Real em relação ao Dólar, ganho contábil na aquisição de Conpacel e KSR (efeito não caixa) e ganhos na atualização do valor justo dos ativos biológicos (efeito não caixa). Em 2010, o EBITDA foi de R\$ 1.724,6 milhão impactado positivamente pela alienação de ativos não recorrentes mencionados anteriormente.

### Lucro (Prejuízo) Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 29,9 milhões em 2011 em comparação ao lucro de R\$ 769,0 milhões no ano anterior, reflexo do resultado contábil das variações cambiais e resultado operacional.

### Dívida

A dívida bruta, em 31/12/2011, era de R\$ 8.743,7 milhões. A dívida em moeda estrangeira representou 52% da dívida total e em moeda nacional 48%. A Companhia contrata dívida em moeda estrangeira como *hedge* natural, pois mais de 50% das nossas receitas são advindas de exportações. Esta exposição estrutural nos permite contratar financiamentos de exportações em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e conciliar os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas.

A dívida bruta, em 31/12/2011, era composta por 74% de vencimentos no longo prazo e 26% no curto prazo. A Companhia concentra seus esforços na busca de linhas com prazos mais longos e custos atraentes. Podem-se mencionar os financiamentos de projetos contratados cujos termos e condições são muito favoráveis, com períodos de carência e amortizações gradativas estão alinhados com a geração de caixa dos projetos.

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo foram mantidas em nível elevado ao longo do ano, e o exercício de 2011 foi encerrado com saldo de R\$ 3.273,9 milhões, comparado a R\$ 3.735,4 milhões em 2010.

A dívida líquida no encerramento de 2011 foi de R\$ 5.469,8 milhões e a relação dívida líquida/EBITDA foi de 4,2x, resultado principalmente: (i) do incremento da dívida bruta, reflexo da variação da taxa de câmbio de 13% sobre a exposição de balanço anual entre a abertura (R\$ 1,67/US\$) e o fechamento (R\$1,88/US\$), com impacto contábil na dívida atrelada à moeda estrangeira; e (ii) da redução do EBITDA em comparação a 2010.

## Investimentos

Em 2011, nossos investimentos somaram R\$ 3.225,9 milhões. Os investimentos na manutenção da atual capacidade totalizaram R\$ 518,2 milhões, sendo R\$ 170,2 milhões na área industrial e R\$ 348,0 milhões na área florestal. Foram investidos no crescimento R\$ 2.671,5 milhões que incluem a aquisição de Conpacel e KSR, no montante de R\$ 1,5 bilhão e nos projetos que compõem o plano de expansão da Suzano, com o início do investimento industrial em Maranhão.

### **Demonstração do Resultado** CONSOLIDADO - EM MILHARES DE REAIS

RESULTADO	2011	2010	2011 x 2010
			%
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	5.576.401	5.123.253	8,8%
Deduções de vendas	(728.413)	(609.370)	19,5%
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>4.847.988</b>	<b>4.513.883</b>	<b>7,4%</b>
Custo dos produtos vendidos	(3.771.937)	(3.148.502)	19,8%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.076.051</b>	<b>1.365.381</b>	<b>-21,2%</b>
Receitas (despesas) operacionais	(399.694)	(192.647)	107,5%
Despesas com vendas	(247.673)	(227.993)	8,6%
Despesas administrativas	(333.810)	(288.473)	15,7%
Outras receitas operacionais	181.789	323.819	-43,9%
<b>Lucro Operacional</b>	<b>676.357</b>	<b>1.172.734</b>	<b>-42,3%</b>
Resultado Financeiro Líquido	(774.662)	(273.667)	183,1%
Despesas financeiras	(734.894)	(570.377)	28,8%
Receitas Financeiras	416.413	248.715	67,4%
Variações monetárias e cambiais líquidas	(456.181)	47.995	-1050,5%
<b>Lucro antes de IR e CSLL</b>	<b>(98.305)</b>	<b>899.067</b>	<b>-110,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social	128.196	(130.070)	-198,6%
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>29.891</b>	<b>768.997</b>	<b>-96,1%</b>

## **Análise Comparativa dos Resultados Consolidados – Exercícios 2010 / 2009**

### Receita Líquida

Em 2010, a receita líquida alcançou recorde de R\$ 4.513,9 milhões, 14,2% superior àquela registrada em 2009. Neste período, alcançamos volume de vendas de celulose de 1,6 milhão de toneladas, redução de 9,7% em comparação ao exercício anterior, em função da venda em 2009 de estoques acumulado ao longo de 2008, reflexo da crise internacional, e de 1,2 milhão de toneladas de papel, aumento de 3,6% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo crescimento da economia brasileira.

A participação das vendas de papel e celulose para o mercado externo na nossa receita líquida total foi de 57,6% ou R\$ 2,6 bilhões em comparação à participação de 58,1% registrada em 2009. A receita proveniente das vendas de celulose alcançou 44,7% da receita total de 2010, comparado a 40,7% em 2009, reflexo da recuperação dos preços da celulose ao longo de 2010.

O preço líquido médio de venda de celulose atingiu US\$ 713,4 / tonelada em 2010, 57,8% superior ao valor registrado em 2009, devido à recuperação de preços ocorrida ao longo de 2010, principalmente em função da restrição da oferta

mundial o que resultou em melhoras acentuadas dos preços lista internacionais. Em Reais, o preço líquido médio foi de R\$ 1.256,1 / tonelada, 39,0% superior ao praticado em 2009, afetado, em parte, pela apreciação da moeda nacional de 11,9% no ano (câmbio médio). O preço líquido médio de venda de papel em Reais foi de R\$ 2.158,4 / tonelada, incremento de 2,7% em comparação a 2009. O preço líquido médio total (papel e celulose) em 2010 foi de R\$ 1.633,7 por tonelada, aumento de 19,7% em relação a 2009.

### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) em 2010 foi de R\$ 3.148,5 milhões, 2,3% superior ao registrado em 2009. Este incremento deveu-se, principalmente, ao aumento de preços dos principais insumos, tais como óleo combustível, soda cáustica e clorato de sódio, e ao aumento da participação de madeira de terceiros na matriz de abastecimento de 2010. O CPV unitário em 2010 ficou em R\$ 1.139,5 / tonelada em comparação a R\$ 1.063,3 / tonelada, aumento de 7,2% em relação ao ano anterior, reflexo da maior participação da celulose no *mix* de vendas em 2009.

### Despesas Administrativas, com Vendas e Outras Despesas / Receitas Operacionais

As despesas administrativas totalizaram R\$ 288,5 milhões em 2010 em comparação aos R\$ 230,8 milhões de 2009. O incremento ocorreu, principalmente, em função da constituição de provisões para contingências trabalhistas e cíveis não recorrentes, no valor de R\$ 30,4 milhões, dos quais R\$ 29,3 milhões referem-se ao processo trabalhista iniciado em 1997, além de gastos com serviços de terceiros, como consultoria e assessoria, reflexo dos novos projetos e dos planos de ação que haviam sido adiados em virtude da contenção geral de gastos em 2009 durante a crise financeira internacional.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 228,0 milhões em 2010 em relação aos R\$ 158,5 milhões de 2009. O incremento ocorreu, principalmente, em função da constituição de provisão para devedores duvidosos (não recorrente), no montante de R\$ 22,7 milhões referente às atualizações de provisões de exercícios passados, além de aumentos de gastos com logística, pessoal e com serviços de terceiros.

As outras receitas operacionais em 2010 somaram R\$ 323,8 milhões, positivamente impactadas e, principalmente por item não recorrente no valor líquido de R\$ 260,0 milhões decorrente da alienação de ativos no estado de Minas Gerais ocorrida em 2010 em comparação à receita de R\$ 171,1 milhões em 2009.

### EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.724,6 milhões em 2010, 46,7% superior ao registrado em 2009. Esta variação deveu-se, principalmente: (i) à alienação de ativos mencionada acima; (ii) aos sucessivos aumentos de preços de celulose, no mercado externo e interno, ocorridos ao longo de 2010; (iii) ao aumento de preços de papel no mercado externo e estabilidade de preços no mercado interno; (iv) ao aumento das vendas no mercado interno de papel; e (v) ao impacto negativo de itens não recorrentes, no valor de R\$ 79,2 milhões, referentes à provisões trabalhistas, ajustes de estoques e provisão para devedores duvidosos. A margem EBITDA em 2010 alcançou 38,2%, 8,4 p.p. acima daquela verificada em 2009.

### Lucro (Prejuízo) Líquido

O lucro líquido alcançou o montante de R\$ 769,0 milhões em 2010 em comparação ao lucro de R\$ 946,5 milhões no ano anterior, reflexo do incremento da despesa financeira líquida e do resultado contábil das variações monetárias e cambiais líquidas impactados pela apreciação do Real.

Em 2010, o ganho líquido com variações cambiais e monetárias atingiu o montante de R\$ 48,0 milhões em comparação a um ganho líquido de R\$ 893,1 milhões em 2009. O resultado de variações monetárias e cambiais decorre do impacto destas variações sobre a parcela da dívida denominada em Dólares, devido à apreciação de 4,3% do Real frente ao Dólar em 2010 e de 25,5% em 2009, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

## Dívida

Em 31/12/2010, nossa dívida bruta com os efeitos da adoção do IFRS, incluindo debêntures, era de R\$ 7.156,4 milhões, comparada a R\$ 6.644,0 milhões em 31/12/2009, o que representa aumento de R\$ 512,4 milhões no ano.

A dívida em moeda estrangeira totalizou R\$ 3.203,9 milhões em 31/12/2010, enquanto o montante denominado em Reais foi de R\$ 3.952,5 milhões, ambas incluindo encargos e arrendamento financeiro mercantil. A dívida bruta, em 31/12/2010, era composta por 80,7% de vencimentos no longo prazo e 19,3% no curto.

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo foram mantidas em nível elevado ao longo do ano, e o exercício de 2010 foi encerrado com saldo de R\$ 3,7 bilhões, comparado a R\$ 2,5 bilhões em 2009.

Em 31/12/2010, a dívida líquida consolidada era de R\$ 3.421,0 milhões e o EBITDA dos últimos doze meses de R\$ 1.724,6 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida / EBITDA foi de 2,0x, comparada a 3,5x, registrada no final de 2009.

A redução do endividamento deveu-se a fatores como: (i) a conversão da 4ª emissão de debêntures no total de R\$ 218,5 milhões; e (ii) ao impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em Dólares, em função da apreciação do Real (4,3%) no ano de 2010, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos. Adicionalmente, o índice de endividamento apresentou melhora em função de um aumento de 46,7% no montante do EBITDA de 2010, em comparação ao ano anterior.

## Investimentos

Em 2010, nossos investimentos somaram R\$ 603,1 milhões, 8,4% abaixo do valor investido em 2009. Os investimentos na manutenção da atual capacidade totalizaram R\$ 330,3 milhões, sendo R\$ 97,9 milhões na área industrial e R\$ 232,5 milhões na área florestal. Foram investidos R\$ 260,0 milhões nos projetos de expansão no Maranhão e Piauí e, R\$ 12,7 milhões em outros investimentos.



**Demonstração do Resultado**  
CONSOLIDADO - EM MILHARES DE REAIS

RESULTADO	2010	2009	2010 x 2009
			%
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	5.123.253	4.466.022	14,7%
Deduções de vendas	(609.370)	(513.276)	18,7%
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>4.513.883</b>	<b>3.952.746</b>	<b>14,2%</b>
Custo dos produtos vendidos	(3.148.502)	(3.079.210)	2,3%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.365.381</b>	<b>873.536</b>	<b>56,3%</b>
Receitas (despesas) operacionais	(192.647)	(218.151)	-11,7%
Despesas com vendas	(227.993)	(158.489)	43,9%
Despesas administrativas	(288.473)	(230.779)	25,0%
Outras receitas operacionais	323.819	171.117	89,2%
<b>Lucro Operacional</b>	<b>1.172.734</b>	<b>655.385</b>	<b>78,9%</b>
Resultado Financeiro Líquido	(273.667)	680.636	N/A
Despesas financeiras	(570.377)	(532.755)	7,1%
Receitas Financeiras	248.715	320.335	-22,4%
Variações monetárias e cambiais líquidas	47.995	893.056	-94,6%
<b>Lucro antes de IR e CSLL</b>	<b>899.067</b>	<b>1.336.021</b>	<b>-32,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(130.070)	(389.500)	-66,6%
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>768.997</b>	<b>946.521</b>	<b>-18,8%</b>

**Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Consolidados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 / 2010**

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 5.372,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um saldo de R\$ 5.423,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que representou uma diminuição de 1%. A participação do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2011, representava 24,8% do total do ativo, em comparação a 28,7% em 31 de dezembro de 2010. Não houve variação representativa em relação a 31 de dezembro de 2010.

Ativo Não Circulante - Realizável a longo prazo

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$ 3.014,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 2.414,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 24,9%, ou R\$ 600,3 milhões.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude da variação de 32,9%, ou R\$ 595,5 milhões, na rubrica de ativos biológicos, em função principalmente de novos plantios nas áreas do Maranhão e Piauí e novos reflorestamentos devido à aquisição do Conpacel.

### Permanente

O permanente era de R\$ 13.270,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um saldo de R\$ 11.108,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2010. A participação do permanente passou para 61,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2011, em comparação a 58,6% em 31 de dezembro de 2010.

Este aumento deveu-se fundamentalmente ao acréscimo de 19,5% ou R\$ 2.133,0 milhões no imobilizado, líquido de depreciação, devido principalmente à adição do imobilizado adquirido do Conpacel e KSR avaliados ao valor justo.

### Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 3.084,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um saldo de R\$ 2.075,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 48,6%, ou R\$ 1.009,3 milhões. A participação do passivo circulante passou para 14,2% do total do passivo em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um percentual de 11,0% em 31 de dezembro de 2010.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude do acréscimo de 62,9% ou R\$ 870,3 milhões no saldo das contas de financiamentos e de debêntures, relacionado a novas captações do período e variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares, compensadas pelas transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo.

### Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$ 8.899,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um saldo de R\$ 8.231,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 8,1% ou R\$ 668,1 milhões. A participação do passivo não circulante passou para 41,1% do total do passivo em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um percentual de 43,4% observado em 31 de dezembro de 2010.

Este aumento deveu-se fundamentalmente ao acréscimo de 12,4% ou R\$ 716,9 milhões nas contas de financiamentos e de debêntures, devido principalmente às novas captações no ano de 2011, compensadas pelas transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 9.673,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um saldo de R\$ 8.640,7 milhões verificado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 12,0% ou R\$ 1.032,8 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 44,7% do total do passivo em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um percentual de 45,7% observado em 31 de dezembro de 2010.

Esse acréscimo deveu-se, principalmente, ao acréscimo de R\$ 1.139,2 milhões devido a 5ª Emissão de Debêntures mandatoriamente conversíveis em ações; e decréscimo de R\$ 27,6 milhões referente a perdas com passivos atuariais em Outros Resultados Abrangentes; e, distribuição de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 96,0 milhões.

## **Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Consolidados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 / 2009**

### Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 5.423,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 4.230,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de 28,2%. A participação do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2010, representava 28,7% do total do ativo, em comparação a 24,0% em 31 de dezembro de 2009.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude da variação de 47,5%, ou R\$ 1.202,2 milhões, na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, em função da venda de terras e florestas, recebimentos pela liquidação de operações com derivativos, captação de empréstimos e redução da conta de tributos a compensar, relacionado ao uso de

compensações de impostos federais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### Ativo Não Circulante - Realizável a longo prazo

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$ 2.414,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 2.258,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 6,9%, ou R\$ 155,9 milhões. Não houve variação significativa em relação a 31 de dezembro de 2009.

#### Permanente

O permanente era de R\$ 11.108,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 11.138,5 milhões registrado em 31 de dezembro de 2009. A participação do permanente passou para 58,6% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a 63,2% em 31 de dezembro de 2009.

Esta redução ocorreu principalmente em função da variação no imobilizado, líquido de depreciação, durante o exercício de 2010 no valor de R\$ 166,0 milhões, compensado por um aumento de R\$ 135,9 milhões de ágio pela compra da empresa FuturaGene Ltd. ("FuturaGene").

#### Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 2.075,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 2.258,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de 8,1%, ou R\$ 183,5 milhões. A participação do passivo circulante passou para 11,0% do total do passivo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um percentual de 12,8% em 31 de dezembro de 2009.

Esta redução ocorreu principalmente em virtude do decréscimo de 10,6% ou R\$ 163,7 milhões no saldo das contas de financiamentos e de debêntures, relacionado às amortizações do período e variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares, compensadas pelas transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo.

#### Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$ 8.231,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 7.504,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de 9,7% ou R\$ 726,3 milhões. A participação do passivo não circulante passou para 43,3% do total do passivo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um percentual de 42,5% observado em 31 de dezembro de 2009.

Este aumento deveu-se fundamentalmente ao acréscimo de 13,3% ou R\$ 676,2 milhões nas contas de financiamentos e de debêntures, devido principalmente às novas captações no ano de 2010, compensadas pelas transferências de parcelas de longo prazo para o curto prazo.

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 8.640,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um saldo de R\$ 7.864,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 9,9% ou R\$ 776,3 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 45,7% do total do passivo em 31 de dezembro de 2010, em comparação a um percentual de 44,6% observado em 31 de dezembro de 2009.

Esse acréscimo deveu-se principalmente a: (i) aumento de capital por meio de conversão de debêntures em ações no montante de R\$ 218,5 milhões; e (ii) constituição de reservas de lucros no montante de R\$ 574,7 milhões no ano de 2010.

**Balancos Patrimoniais**  
Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Valores expressos em milhões de Reais)

Ativo	Consolidado									
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		Variações			
		%		%		%	31/dez/11 x	31/dez/10	31/dez/10 x	31/dez/09
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	3.273,9	15,1%	3.735,4	19,8%	2.533,3	14,4%	(461,5)	-12,4%	1.202,2	47,5%
Contas a receber de clientes	983,1	4,5%	792,1	4,2%	766,2	4,3%	191,0	24,1%	25,9	3,4%
Estoques	722,4	3,3%	658,8	3,5%	615,9	3,5%	63,6	9,7%	42,9	7,0%
Tributos a recuperar	265,0	1,2%	171,7	0,9%	238,8	1,4%	93,3	54,3%	(67,1)	-28,1%
Despesas antecipadas	6,0	0,0%	5,8	0,0%	5,3	0,0%	0,2	4,1%	0,5	8,6%
Ganhos em operações com derivativos	16,7	0,1%	15,8	0,1%	13,0	0,1%	0,9	5,8%	2,8	21,6%
Créditos a receber de precatório indenizatório	0,0	0,0%	6,3	0,0%	6,2	0,0%	(6,3)	-100,0%	0,1	100,0%
Créditos a receber de imóveis e florestas	10,2	0,0%	10,2	0,1%	10,8	0,1%	(0,1)	-0,7%	(0,6)	-5,4%
Outras contas a receber	94,9	0,4%	27,7	0,1%	41,2	0,2%	67,2	242,4%	(13,5)	-32,7%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.372,2</b>	<b>24,8%</b>	<b>5.423,8</b>	<b>28,7%</b>	<b>4.230,7</b>	<b>24,0%</b>	<b>(51,7)</b>	<b>-1,0%</b>	<b>1.193,2</b>	<b>28,2%</b>
<b>Não circulante</b>										
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>										
Ativos biológicos	2.406,6	11,1%	1.811,1	9,6%	1.588,9	9,0%	595,5	32,9%	222,1	14,0%
Impostos e contribuições sociais a compensar	115,5	0,5%	96,1	0,5%	110,4	0,6%	19,4	20,1%	(14,3)	-13,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,7	0,0%	26,9	0,1%	11,4	0,1%	(26,3)	-97,5%	15,6	137,3%
Ganhos em operações com derivativos	32,9	0,2%	11,5	0,1%	15,1	0,1%	21,4	185,8%	(3,6)	-23,7%
Créditos a receber de precatório indenizatório	56,7	0,3%	50,2	0,3%	55,5	0,3%	6,5	12,9%	(5,2)	-9,4%
Adiantamento a fornecedores	276,5	1,3%	257,8	1,4%	243,5	1,4%	18,7	7,2%	14,3	5,9%
Depósitos judiciais	56,2	0,3%	74,0	0,4%	77,3	0,4%	(17,8)	-24,0%	(3,3)	-4,2%
Outras contas a receber	69,8	0,3%	86,9	0,5%	156,7	0,9%	(17,1)	-19,7%	(69,8)	-44,5%
	3.014,9	13,9%	2.414,6	12,6%	2.258,7	12,8%	600,3	24,9%	155,9	6,9%
<b>Ativo permanente</b>										
Imobilizado	13.071,5	60,4%	10.938,5	57,8%	11.104,5	63,0%	2.133,0	19,5%	(166,0)	-1,5%
Intangível	198,6	0,9%	169,9	0,9%	34,1	0,2%	28,6	16,9%	135,9	399,0%
	13.270,0	61,3%	11.108,4	58,6%	11.138,5	63,2%	2.161,6	19,5%	(30,1)	-0,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>16.284,9</b>	<b>75,2%</b>	<b>13.523,0</b>	<b>71,3%</b>	<b>13.397,2</b>	<b>76,0%</b>	<b>2.761,9</b>	<b>20,4%</b>	<b>125,8</b>	<b>0,9%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>21.657,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.946,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.627,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.710,2</b>	<b>14,3%</b>	<b>1.319,0</b>	<b>7,5%</b>

Passivo	Consolidado									
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		Variações			
		%		%		%	31/dez/11 x	31/dez/10	31/dez/10 x	31/dez/09
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	414,7	1,9%	277,1	1,5%	268,1	1,5%	137,6	49,7%	9,1	3,4%
Financiamentos e empréstimos	2.142,1	9,9%	1.340,1	7,1%	1.432,7	8,1%	802,0	59,8%	(92,6)	-6,5%
Debêntures	110,9	0,5%	42,6	0,2%	113,7	0,6%	68,3	160,5%	(71,2)	-62,6%
Perdas em operações com derivativos	29,4	0,1%	37,4	0,2%	51,7	0,3%	(8,0)	-21,3%	(14,3)	-27,6%
Impostos a pagar	43,3	0,2%	41,4	0,2%	42,9	0,2%	1,9	4,7%	(1,6)	-3,6%
Remunerações e encargos a pagar	101,7	0,5%	71,1	0,4%	70,8	0,4%	30,6	43,0%	0,3	0,5%
Débitos a pagar para partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	54,4	0,3%	65,4	0,3%	61,3	0,3%	(11,0)	-16,8%	4,1	6,7%
Contas a pagar	103,2	0,5%	68,3	0,4%	48,1	0,3%	34,8	51,0%	20,3	42,1%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	83,9	0,4%	129,0	0,7%	167,5	1,0%	(45,2)	-35,0%	(38,5)	-23,0%
Imposto de renda e contribuição social	1,0	0,0%	2,8	0,0%	2,0	0,0%	(1,9)	-65,0%	0,8	41,2%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.084,6</b>	<b>14,2%</b>	<b>2.075,2</b>	<b>11,0%</b>	<b>2.258,8</b>	<b>12,8%</b>	<b>1.009,3</b>	<b>48,6%</b>	<b>(183,5)</b>	<b>-8,1%</b>
<b>Não circulante</b>										
<b>Passivo exigível a longo prazo</b>										
Financiamentos e empréstimos	5.746,0	26,5%	5.191,4	27,4%	4.411,6	25,0%	554,5	10,7%	779,9	17,7%
Debêntures	744,7	3,4%	582,3	3,1%	686,0	3,9%	162,4	27,9%	(103,7)	-15,1%
Perdas em operações com derivativos	28,5	0,1%	29,9	0,2%	25,7	0,1%	(1,4)	-4,8%	4,2	16,2%
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	124,1	0,6%	111,4	0,6%	164,6	0,9%	12,6	11,3%	(53,1)	-32,3%
Contas a pagar	19,1	0,1%	20,0	0,1%	7,6	0,0%	(0,8)	-4,2%	12,4	163,4%
Provisão para contingências	170,9	0,8%	206,2	1,1%	131,6	0,7%	(35,3)	-17,1%	74,6	56,7%
Provisão para passivos atuariais	218,6	1,0%	162,7	0,9%	187,5	1,1%	55,9	34,4%	(24,8)	-13,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.837,0	8,5%	1.909,4	10,1%	1.877,4	10,7%	(72,3)	-3,8%	31,9	1,7%
Plano de remuneração baseado em ações	10,1	0,0%	17,7	0,1%	12,9	0,1%	(7,7)	-43,2%	4,9	38,1%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>8.899,0</b>	<b>41,1%</b>	<b>8.231,0</b>	<b>43,3%</b>	<b>7.504,7</b>	<b>42,5%</b>	<b>668,1</b>	<b>8,1%</b>	<b>726,2</b>	<b>9,7%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>										
Capital social	3.445,6	15,9%	2.685,2	14,2%	2.054,4	11,7%	760,4	28,3%	630,8	30,7%
Reservas de capital e de lucros	3.576,6	16,5%	2.505,5	13,2%	2.358,1	13,4%	1.071,1	42,7%	147,4	6,3%
Ajustes de avaliação patrimonial	2.651,4	12,2%	3.449,9	18,2%	3.451,8	19,6%	(798,6)	-23,1%	(1,9)	-0,1%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.673,5</b>	<b>44,7%</b>	<b>8.640,7</b>	<b>45,7%</b>	<b>7.864,4</b>	<b>44,6%</b>	<b>1.032,8</b>	<b>12,0%</b>	<b>776,3</b>	<b>9,9%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>21.657,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.946,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.627,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.710,2</b>	<b>14,3%</b>	<b>1.319,0</b>	<b>7,5%</b>

## 10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

### a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia é uma empresa de base florestal posicionada como a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto e uma das dez maiores de celulose de mercado, além de líder regional no mercado de papel. Dessa forma, o resultado da Companhia é oriundo, basicamente, da atuação em dois mercados distintos: celulose de mercado, vendida para empresas localizadas em 31 diferentes países, e papel, vendido para 86 países, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: não revestidos, *cut size* ou papéis para escritório, revestidos e papelcartão. Juntas, elas utilizam cerca de 30 marcas, algumas das quais consagradas no mercado, como Report®, TpPremium®, Paperfect®, Alta Alvura®, Reciclato®, Pólen® e Supremo®.

Os principais fatores operacionais que compõem e afetam materialmente os resultados da Companhia são: nível de vendas (volume e receita por produto), destino das vendas (*mix* entre mercado nacional e diferentes regiões de exportação), participação de mercado e preços. Demais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, são comentados no item "10.2.b".

### Vendas de Celulose

Nos exercícios sociais encerrados em 2011, 2010 e 2009, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 41,5%, 44,7% e 40,7% da sua receita operacional líquida total. O volume de exportações representou 79,9%, 81,5% e 85,3% do volume total vendido de celulose nesses mesmos anos, tendo alcançado 1,4 milhão de toneladas em 2011, volume 10,3% superior a 1,3 milhão de toneladas registradas em 2010 e 4,9% inferior a 1,5 milhão de toneladas registradas em 2009.

Vendas Totais de Celulose	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
<i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>			
<u>Vendas da Companhia</u>			
Volume de vendas no mercado interno	363.186	297.076	260.825
Volume de vendas no mercado externo	1.444.933	1.309.744	1.519.379
<b>Volume total de vendas</b>	<b>1.808.119</b>	<b>1.606.820</b>	<b>1.780.204</b>
<u>Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ mil)</u>			
Vendas no mercado interno	390.695	354.836	231.758
Vendas no mercado externo	1.622.241	1.663.457	1.377.116
<b>Receita operacional líquida total</b>	<b>2.012.936</b>	<b>2.018.293</b>	<b>1.608.874</b>

### Destino das Vendas de Celulose

Apesar do arrefecimento da demanda no mercado europeu, reflexo da crise nos países da Zona do Euro e seus impactos na economia global, a Companhia foi bem sucedida na comercialização de sua produção. Para isto, alocamos nossas vendas em outros mercados, dentro da margem permitida pela nossa política comercial e contratos, buscando aproveitar oportunidades de negócios através de nossa estrutura comercial globalizada. O resultado é demonstrado na tabela abaixo:

Destino de vendas de celulose	2011	2010	2009
Europa	31%	38%	33%
Ásia	36%	34%	45%
Brasil	20%	19%	15%
América do Norte	11%	9%	7%
América do Sul/Central	2%	0%	0%

Ainda em linha com nossa política comercial, buscamos o equilíbrio nas vendas de celulose para os diferentes segmentos de papel. Destaque para o segmento de tissue em 2011 que aumentou sua participação em nosso mix de vendas, tornando-se nosso principal segmento atendido.

Vendas por segmento	2011	2010	2009
Tissue	36%	32%	28%
Imprimir e escrever	33%	36%	41%
Especialidades	20%	25%	19%
Outros	11%	7%	12%

## Vendas de Papel

A Companhia vende seus produtos de papel no Brasil (60,2% em 2011) e no exterior (39,8% em 2011). Os mercados que a Companhia procura atender são grandes e muito competitivos. A Companhia tem aumentado sua participação de mercado não obstante a concorrência crescente, ao mesmo tempo em que abre novos mercados e concentra seus esforços no segmento de maior valor agregado do mercado de papel para imprimir e escrever e papelcartão. Embora os preços sejam importantes nesses mercados, a Companhia entende que clientes com maior nível de exigência dão preferência aos papéis da Companhia, devido ao valor e à qualidade que os papéis da Companhia conferem aos seus produtos finais. Isto ocorre em todos os segmentos, desde cadernos e materiais não promocionais, até segmentos mais sofisticados, como, por exemplo, materiais promocionais, embalagens para alimentos, embalagens de alta qualidade e livros de arte.

Nos exercícios sociais encerrados em 2011, 2010 e 2009, as vendas de papéis da Companhia representaram, respectivamente, 58,5%, 55,3% e 59,3% e da sua receita operacional líquida total.

### Papel para Imprimir e Escrever

Em 2011, 2010 e 2009, respectivamente, a Companhia vendeu 1.029,4 mil, 886,2 mil e 860,7 mil toneladas de papel para imprimir e escrever, incluindo 865,8 mil, 752,0 mil e 746,1 mil toneladas de papel não revestido e 163,5 mil, 134,1 mil e 114,6 mil toneladas de papel revestido.

Em 2011, 2010 e 2009, de acordo com a Bracelpa, a Companhia detinha, respectivamente, participações (i) nas vendas dos Fabricantes Brasileiros para o mercado interno, de 37,1%, 29,0% e 29,1%, nos mercados de papel para imprimir e escrever não revestido e 62,0%, 43,5% e 38,1%, e nos mercados de papel para imprimir e escrever revestido; e (ii) nas exportações brasileiras, 41,8%, 39,5% e 43,2%, nos mercados de papel para imprimir e escrever não revestido e de 79,0%, 63,3% e 60,5%, nos mercados de papel para imprimir e escrever revestido.

As tabelas a seguir contêm as vendas domésticas de papéis da Companhia e exportações desses produtos, bem como informações relativas à suas participações em tais mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

<b>Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever Não Revestido</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>			
<b>Vendas da Companhia</b>			
Volume de vendas no mercado interno	455.204	346.061	340.423
Volume de vendas no mercado externo	410.612	405.984	405.695
<b>Volume total de vendas</b>	<b>865.816</b>	<b>752.045</b>	<b>746.118</b>
<b>Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
Volume de vendas no mercado interno	1.228.145	1.192.139	1.171.318
Volume de vendas no mercado externo	938.052	1.028.330	939.640
<b>Volume total de vendas</b>	<b>2.211.197</b>	<b>2.220.469</b>	<b>2.110.958</b>
<b>Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
% em relação às vendas no mercado interno	37,1%	29,0%	29,1%
% em relação às vendas no mercado externo	41,8%	39,5%	43,2%
<b>% em relação às vendas totais</b>	<b>39,2%</b>	<b>33,9%</b>	<b>35,3%</b>
<b>Mercado Brasileiro</b>			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	1.228.145	1.192.139	1.171.318
Volume de importados	120.276	126.476	108.987
<b>Volume total do Mercado Brasileiro</b>	<b>1.348.421</b>	<b>1.318.615</b>	<b>1.280.305</b>
<b>Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ milhares)</b>			
Vendas no mercado interno	977.468	774.162	786.942
Vendas no mercado externo	740.832	738.848	738.810
<b>Receita operacional líquida total</b>	<b>1.718.300</b>	<b>1.513.010</b>	<b>1.525.752</b>

Fonte: Bracelpa e Companhia

<b>Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever Revestido</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>			
<b>Vendas da Companhia</b>			
Volume de vendas no mercado interno	146.455	118.715	97.946
Volume de vendas no mercado externo	17.133	15.400	16.670
<b>Volume total de vendas</b>	<b>163.587</b>	<b>134.115</b>	<b>114.616</b>
<b>Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
Volume de vendas no mercado interno	236.133	273.134	159.335
Volume de vendas no mercado externo	21.679	24.342	27.565
<b>Volume total de vendas</b>	<b>257.812</b>	<b>297.476</b>	<b>186.900</b>
<b>Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
% em relação às vendas no mercado interno	62,0%	43,5%	38,1%
% em relação às vendas no mercado externo	79,0%	63,3%	60,5%
<b>% em relação às vendas totais</b>	<b>63,5%</b>	<b>45,1%</b>	<b>40,2%</b>
<b>Mercado Brasileiro</b>			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	236.133	273.134	159.335
Volume de importados	334.263	358.317	229.114
<b>Volume total do Mercado Brasileiro</b>	<b>570.396</b>	<b>631.601</b>	<b>388.449</b>
<b>Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ milhares)</b>			
Vendas no mercado interno	318.074	293.766	242.774
Vendas no mercado externo	36.814	31.497	27.543

<b>Receita operacional líquida total</b>	<b>354.888</b>	<b>325.263</b>	<b>270.317</b>
--	----------------	----------------	----------------

Fonte: Bracelpa e Companhia.

#### Papelcartão

Em 2011, 2010 e 2009, respectivamente, a Companhia vendeu 252,3 mil, 251,7 mil e 243,7 mil toneladas de papelcartão, das quais 148,0 mil, 159,8 mil e 141,8 mil toneladas foram vendidas no mercado doméstico e 104,3 mil, 91,9 mil e 101,9 mil toneladas foram exportadas.

Neste segmento, de acordo com a Bracelpa, a participação da Companhia nas vendas dos Fabricantes Brasileiros foi de 28,6% em 2011. Adicionalmente, suas exportações de papelcartão representaram 47,3% do volume total exportado pelo Brasil em 2011.

A tabela a seguir contém as vendas domésticas e exportações de papelcartão da Companhia, bem como informações sobre suas participações nestes mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

<b>Vendas Totais de Papelcartão</b> <i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Vendas da Companhia</b>			
Volume de vendas no mercado interno	147.951	159.775	141.808
Volume de vendas no mercado externo	104.345	91.934	101.877
<b>Volume total de vendas</b>	<b>252.296</b>	<b>251.709</b>	<b>243.685</b>
<b>Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
Volume de vendas no mercado interno	517.551	575.941	506.272
Volume de vendas no mercado externo	220.724	213.112	249.450
<b>Volume total de vendas</b>	<b>738.275</b>	<b>789.053</b>	<b>755.722</b>
<b>Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
% em relação às vendas no mercado interno	28,6%	27,7%	28,0%
% em relação às vendas no mercado externo	47,3%	43,1%	40,8%
<b>% em relação às vendas totais</b>	<b>34,2%</b>	<b>31,9%</b>	<b>32,2%</b>
<b>Mercado Brasileiro</b>			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	517.551	575.941	506.272
Volume de importados	39.323	32.951	31.418
<b>Volume total do Mercado Brasileiro</b>	<b>556.874</b>	<b>608.892</b>	<b>537.690</b>
<b>Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ milhares)</b>			
Vendas no mercado interno	412.774	435.520	357.745
Vendas no mercado externo	199.706	162.275	151.586
<b>Receita operacional líquida total</b>	<b>612.480</b>	<b>600.795</b>	<b>509.331</b>

Fonte: Bracelpa e Companhia

#### Destino das Vendas de Papel

O volume vendido no mercado doméstico alcançou 803,2 mil em 2011, 642,9 mil toneladas em 2010, comparado a 591,3 mil toneladas em 2009, representando aumento de 24,9% e de 35,8%, respectivamente. Os volumes de exportação atingiram 532,1 mil toneladas em 2011, 513,3 mil toneladas em 2010, em comparação a 524,4 mil toneladas em 2009, representando aumento de 3,7% e 1,5%, respectivamente, em relação a 2010 e 2009. As regiões para as quais a Companhia destinou suas vendas de papel estão apresentadas nos gráficos abaixo:



Destino de vendas de papel	2011	2010	2009
Brasil	60%	56%	53%
América do Sul/Central	17%	18%	13%
América do Norte	11%	12%	11%
Europa	9%	10%	12%
Outros	3%	4%	11%

## Preços

### Celulose

O preço médio líquido de venda de celulose no mercado internacional foi de US\$ 665/ tonelada, 7% inferior ao registrado em 2010, devido principalmente à redução do crescimento da economia mundial e do arrefecimento da demanda na Europa reflexo da crise na Zona do Euro, comparado a US\$ 713 / tonelada em 2010 e a US\$ 453 / tonelada em 2009. O aumento de 57% em relação a 2009, ocorrido ao longo de 2010, deveu-se principalmente a restrição da oferta mundial em decorrência do terremoto no Chile que resultou em melhoras acentuadas dos Preços Lista internacionais (FOEX). O preço líquido médio total de celulose (considerando mercado interno e mercado externo) em Reais foi de R\$ 1.113 / tonelada, 11% inferior ao praticado em 2010, influenciado, em parte, pela apreciação da moeda nacional frente ao Dólar Norte-Americano em 4,9% em 2011 (câmbio médio).

### Papel

O preço líquido de papel médio (mercado interno e mercado externo) em Reais foi de R\$ 2.123 / tonelada em 2011, decréscimo de 1,6% em comparação a 2010 e acréscimo de 1,1% em relação a 2009. No mercado interno tivemos um preço líquido médio de papel de R\$ 2.313 / tonelada, comparado a R\$ 2.427 / tonelada em 2010 e R\$ 2.411 / tonelada em 2009. O preço líquido médio no mercado externo atingiu US\$ 1.098 / tonelada, 6,0% e 25,4% acima de 2010 e 2009, respectivamente. Em Reais, aumento de 0,8% em relação a 2010 e 5,0% em relação a 2009, ambos impactados pela apreciação do Real em relação ao Dólar Norte-Americano.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado interno foi R\$ 2.153 / tonelada em 2011 comparado a R\$ 2.298 / tonelada em 2010 e R\$ 2.349 / tonelada em 2009. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado interno foi 4,0% e 7,1% abaixo do registrado em 2010 e 2009, respectivamente. O preço líquido médio dos papéis revestidos no mercado interno foi 12,2% e 12,4% abaixo de 2010 e 2009, respectivamente. O preço médio de papelcartão no mercado interno apresentou aumento de 2,4% e 10,6% em relação a 2010 e 2009, respectivamente.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado externo foi R\$ 1.818 / tonelada comparado a R\$ 1.828 / tonelada em 2010 e R\$ 1.814 / tonelada em 2009. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado externo foi em linha com o praticado em 2010 e 2009. O preço dos papéis revestidos foi R\$ 2.149 / tonelada, 5,1% e 30,0% superior aos mesmos períodos de 2010 e 2009, enquanto no papelcartão o preço líquido médio de exportação apresentou aumento de 6,5% em comparação a 2010 e 28,6%, comparado a 2009.

## **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

### Volatilidade dos preços

Nos exercícios sociais encerrados em 2011, 2010 e 2009, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 41,5%, 44,7% e 40,7% da sua receita operacional líquida total. Os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda no mercado internacional, portanto fora do controle da Companhia. As flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita da Companhia.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. As vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação nas

vendas totais da Companhia em volume de 76,6%, 73,5% e 65,8% respectivamente, nos exercícios de 2011, 2010 e 2009.

A tabela a seguir indica os preços médios dos produtos, em cada um dos períodos indicados:

<b>Preço líquido médio (R\$/tonelada)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Mercado Externo</b>	<b>1.123</b>	<b>1.426</b>	<b>1.315</b>
Celulose	906	1.270	1.123
Papel	1.751	1.823	1.837
Papelcartão	1.488	1.798	1.914
Imprimir e Escrever	1.814	1.828	1.818
Revestido	1.652	2.045	2.149
Não Revestido	1.821	1.820	1.804
Outros Papéis	-	-	-
<b>Mercado Interno</b>	<b>1.945</b>	<b>2.037</b>	<b>1.928</b>
Celulose	889	1.194	1.076
Papel	2.411	2.426	2.313
Papelcartão	2.523	2.726	2.790
Imprimir e Escrever	2.349	2.298	2.153
Revestido	2.479	2.475	2.172
Não Revestido	2.312	2.237	2.147
Outros Papéis	3.430	3.082	2.788
<b>Total</b>	<b>1.365</b>	<b>1.634</b>	<b>1.542</b>
Celulose	904	1.256	1.113
Papel	2.101	2.158	2.123
Papelcartão	2.090	2.387	2.428
Imprimir e Escrever	2.087	2.074	2.014
Revestido	2.358	2.425	2.169
Não Revestido	2.045	2.012	1.985
Outros Papéis	3.405	3.082	2.788

A Companhia acredita que a volatilidade dos preços persiste devido a vários fatores, inclusive: (a) fragmentação do setor relativamente alta; (b) similaridades entre os produtos; (c) flutuações no câmbio entre as moedas de países importadores e exportadores de papel e celulose, como, por exemplo, Euro, Dólar, Yuan e Real; e (d) condições econômicas mundiais e nas diferentes regiões.

Cabe ressaltar que, devido à representatividade dos produtores brasileiros para a oferta de celulose, por um lado, e à importância dos preços de *commodities* para o resultado do balanço de pagamentos do Brasil, por outro, o preço em Dólares da celulose tem apresentado nos últimos anos forte correlação negativa com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar, o que vem garantindo maior estabilidade para os preços em Reais da celulose e, portanto, menor volatilidade para o fluxo de caixa da Companhia.

#### Variação cambial

A variação da cotação do Real frente ao Dólar teve e continuará a ter efeito na receita consolidada da Companhia quando expressa em Reais.

A receita de vendas com exportação é direta e imediatamente afetada pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar. Como em 2011, 2010 e 2009, a receita líquida oriunda de exportações denominadas em Dólares representou, respectivamente, 53,6% e 57,6% e 58,1% das receitas líquidas de vendas da Companhia, a depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto que a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação mais baixas. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas

pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

#### Inflação

As receitas da Companhia não são significativamente afetadas por taxas de inflação.

#### Taxas de Juros

As receitas da Companhia não são significativamente afetadas por taxas de juros.

#### Taxa de Crescimento da Economia

As receitas da Companhia tendem a ser diretamente impactadas pelo nível de crescimento econômico internacional e doméstico. O crescimento econômico, expresso em termos da variação do Produto Interno Bruto (PIB), influencia, principalmente, o nível de demanda pelos produtos da Companhia e seu crescimento em relação aos períodos anteriores. Além disso, o aquecimento ou redução da demanda de mercado tendem a se refletir nos níveis de preços praticados pelo setor.

#### Capacidade e Volumes de Produção

Os resultados da Companhia também são afetados pela sua capacidade e volume de produção. Por exemplo, a aquisição de Conpacel (atual Unidade Limeira), resultou em incremento da capacidade de produção de papel de 190 mil toneladas e 170 mil toneladas de celulose de mercado.

<b>Volume de Produção (em mil toneladas)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Total</b>	<b>2.678</b>	<b>2.745</b>	<b>3.111</b>
Celulose de Mercado	1.590	1.617	1.824
Papel	1.088	1.128	1.287
Papelcartão	235	252	255
Imprimir e Escrever	853	876	1.032
Revestido	118	134	163
Não Revestido	736	742	869

#### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Conforme já apresentado no item “10.2.b.”, fatores externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variação cambial, taxa de juros, inflação e crescimento econômico, podem impactar os resultados da Companhia.

#### Volatilidade dos preços

A volatilidade dos preços impacta receita da Companhia, conforme já apresentado nos ites “10.2.a.” e “10.2.b.”, e consequentemente o resultado operacional da mesma.

#### Variação cambial

Os custos e despesas operacionais da Companhia, tais como despesas de seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas, quando expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda dos mesmos.

As contas patrimoniais consolidadas da Companhia indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (incluindo debêntures), disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes externos, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio no final de cada exercício.

A parcela dos empréstimos e financiamentos consolidados de curto e longo prazo (incluindo debêntures) da Companhia denominados em moeda estrangeira totalizava R\$ 4.625 milhões ou, aproximadamente, 53% do endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2011. Essa parcela é quase que na sua totalidade atrelada ao Dólar e, portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar afetam diretamente o endividamento e os resultados da Companhia em cada final de exercício.

### Inflação

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela inflação. Seus custos e despesas, à exceção de algumas, são denominados em Dólares (tais como as relativas às vendas com exportação e compras de produtos químicos utilizados como matéria-prima) e, na sua maioria, incorridos em Reais tendendo a refletir os efeitos da inflação.

### Taxas de Juros

A exposição a variações nas taxas de juros é primordialmente devida a:

- variações da taxa LIBOR, no que concerne a financiamentos denominados em Dólares; e
- variações na TJLP ou CDI, no que concerne a aplicações e financiamentos denominados em Reais.

A taxa de juros das aplicações financeiras da Companhia denominadas em Reais é baseada na taxa CDI. Os investimentos financeiros denominados em Dólares da Companhia estão sujeitos aos movimentos das taxas referenciadas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e títulos de renda fixa emitidos por empresas de primeira linha norte-americanas.

Dessa forma, a Companhia possui políticas específicas, para mitigação das volatilidades de mercado, que buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não, aos quais os valores dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

Por exemplo, no caso de uma depreciação do Real, como a ocorrida em 2008, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e a pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares.

Dessa forma, a captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros.

### **10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:**

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 31 de janeiro de 2011, a Companhia efetivou a aquisição da participação detida pela Fibria Celulose S.A. nos ativos do Consórcio Paulista de Papel e Celulose – Conpacel (operado até então em conjunto com a Companhia), que compreendiam 50% de: (i) fábrica de papel e celulose; e (ii) terras próprias com área total aproximada de 76 mil hectares, e cerca de 71 mil hectares de plantio, sendo 53 mil hectares em áreas próprias e 18 mil hectares em áreas arrendadas. O preço de aquisição foi de R\$ 1.450 milhões.

Para mais informações a respeito da operação, veja o item 6.5 do Formulário de Referência e as notas explicativas anexas às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) da Companhia referentes aos exercícios de 2009 e 2010, além dos eventos subsequentes indicados nas DFP da Companhia referente ao exercício de 2011. Todos esses documentos estão disponíveis nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.suzano.com.br/ri](http://www.suzano.com.br/ri)).

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das operações da unidade de distribuição KSR, detidas pela Fibria, pelo valor de R\$ 50 milhões.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

### **10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

##### Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

#### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As demonstrações contábeis de 2011 e as comparativas de 2010 e 2009 foram apresentadas seguindo as mesmas práticas contábeis e, portanto, são comparáveis.

## Reclassificações

A Companhia realizou algumas reclassificações nas demonstrações contábeis da Controladora e do consolidado apresentadas para fins de comparação, nas seguintes rubricas do balanço:

Depósitos Judiciais: Em atendimento ao CPC – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, os depósitos judiciais vinculados a provisões contingenciais registradas no passivo não circulante, nos montantes de R\$ 33.356 e R\$ 12.308 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, na Controladora e Consolidado, foram reclassificados da rubrica “Provisões Contingenciais para Depósitos Judiciais”.

Imobilizado em Operação: Foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, na Controladora, os montantes de R\$ 11.986 e R\$ 5.374 da rubrica “Imobilizado em Operação para Imobilizado em Andamento”, para adequada apresentação dos saldos.

Outras provisões: Foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 o montante de R\$ 9.606 na controladora e R\$ 9.601 no consolidado da rubrica “Outras Provisões p/ Contingências para Outras Provisões”, respectivamente, para adequada apresentação segundo a natureza da despesa.

Juros sobre passivo atuarial: Foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 os montantes de R\$ 21.289 e R\$ 15.764 da rubrica “Outras Despesas Operacionais para Despesas Financeiras”, respectivamente, para adequada apresentação segundo a natureza da despesa. O EBITDA após essa reclassificação é de R\$ 1.724.587 em dezembro de 2010 e R\$ 1.176.539 em dezembro de 2009.

## Aplicação das novas práticas contábeis nas demonstrações contábeis de 2010

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto, aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa, conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis consolidadas, e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”) emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB para as demonstrações contábeis consolidadas.

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de sua primeira demonstração contábil individual, e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição 1º de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010 e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC.

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, segue abaixo (em milhões de Reais):

## Balço em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.094.724</b>	<b>89.308</b>	<b>4.184.032</b>	<b>4.148.255</b>	<b>82.396</b>	<b>4.230.651</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.261.889	-	2.261.889	2.533.285	-	2.533.285
Contas a receber de clientes	958.763	144.979	1.103.742	621.195	144.979	766.174
Estoques	499.976	10.274	510.250	605.657	10.274	615.931
Tributos a recuperar	237.587	-	237.587	238.825	-	238.825
Tributos diferidos	62.385	(62.385)	-	69.297	(69.297)	-
Outros ativos circulantes	74.124	(3.560)	70.564	79.996	(3.560)	76.436
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>8.508.077</b>	<b>4.647.969</b>	<b>13.156.046</b>	<b>8.610.714</b>	<b>4.774.190</b>	<b>13.384.904</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.121.593	(495.423)	626.170	1.147.916	(490.462)	657.454
Ativos biológicos	1.081.533	502.072	1.583.605	1.086.873	502.072	1.588.945
Investimentos	221.691	235.382	457.073	-	-	-
Imobilizado	5.581.798	4.873.348	10.455.146	5.874.463	5.229.990	11.104.453
Intangível	501.462	(467.410)	34.052	501.462	(467.410)	34.052
<b>Ativo Total</b>	<b>12.602.801</b>	<b>4.737.277</b>	<b>17.340.078</b>	<b>12.758.969</b>	<b>4.856.586</b>	<b>17.615.555</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.106.376</b>	<b>138.563</b>	<b>2.244.939</b>	<b>2.140.051</b>	<b>118.731</b>	<b>2.258.782</b>
Fornecedores	262.667	-	262.667	268.050	-	268.050
Empréstimos e financiamentos	1.381.749	144.979	1.526.728	1.401.499	144.979	1.546.478
Tributos diferidos	19.743	(19.743)	-	19.743	(19.743)	-
Lucros não realizados	-	19.832	19.832	-	-	-
Outras obrigações	442.217	(6.505)	435.712	450.759	(6.505)	444.254
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>6.098.959</b>	<b>1.131.810</b>	<b>7.230.769</b>	<b>6.235.138</b>	<b>1.257.265</b>	<b>7.492.403</b>
Empréstimos e financiamentos	4.869.221	-	4.869.221	5.097.540	-	5.097.540
Tributos diferidos	625.939	1.126.044	1.751.983	625.939	1.251.499	1.877.438
Provisões e outras obrigações	603.799	5.766	609.565	511.659	5.766	517.425
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.397.466</b>	<b>3.466.904</b>	<b>7.864.370</b>	<b>4.383.780</b>	<b>3.480.590</b>	<b>7.864.370</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>12.602.801</b>	<b>4.737.277</b>	<b>17.340.078</b>	<b>12.758.969</b>	<b>4.856.586</b>	<b>17.615.555</b>

Na adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação retrospectiva completa das novas práticas contábeis brasileiras, conforme descrito abaixo, seguindo as prerrogativas do CPC 37 (R1).

Isenções da aplicação retrospectiva:

- combinação de negócios - a Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios, assim sendo, não rerepresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- benefícios a empregados - a Companhia aplicou a isenção para o plano de benefícios definido em 1º de janeiro de 2009 e optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais prospectivamente da data de transição diretamente no patrimônio líquido.
- custo atribuído ao ativo imobilizado - a Companhia optou por remensurar, na data de transição, algumas classes do ativo imobilizado. As classes avaliadas foram: Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas.

A Companhia não utilizou as demais isenções constantes no IFRS e CPC 37 (R1) pelos seguintes motivos:

- Arrendamentos – a Companhia optou por revisar os contratos considerando os fatos e circunstâncias na data de transição. Não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente pela Companhia e os IFRS já estavam alinhados.
- Pagamentos baseados em ações – o tratamento contábil das opções de ações concedidas pela Companhia em períodos anteriores não sofreram impactos, uma vez que as práticas adotadas anteriormente e o IFRS já estavam alinhados.

- Ativos e passivos de controladas – a adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas da Companhia.
- Instrumentos financeiros compostos – não há operações envolvendo esse tipo de instrumento financeiro.
- Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado – a Companhia não possui passivos relacionados à restauração de ativos.
- Ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 1 - Contratos de concessão – a Companhia não possui contratos de concessão.

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC 37 (R1), demais CPCs e interpretações, foram as seguintes:

#### Custo atribuído (Deemed Cost)

Corresponde à atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por peritos independentes e que compreenderam determinadas unidades da Companhia e ativos de sua controlada Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. (“Paineiras”).

Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

	Em 1º de janeiro de 2009					
	Controladora			Consolidado		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas práticas contábeis	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas práticas contábeis
Máquinas e equipamentos	4.265.412	2.279.503	<b>6.544.915</b>	4.265.487	2.279.503	<b>6.544.990</b>
Edificações	743.968	302.522	<b>1.046.490</b>	744.778	302.522	<b>1.047.300</b>
Terras e fazendas	582.861	2.305.086	<b>2.887.947</b>	688.407	2.661.728	<b>3.350.135</b>
Total geral	5.592.241	4.887.111	<b>10.479.352</b>	5.698.672	5.243.753	<b>10.942.425</b>

Em decorrência do ajuste realizado aos ativos do Conpacel na data de transição, a Companhia aplicou o CPC 1 (R1) – Redução ao valor recuperável do ativo aos ativos intangíveis, relacionados a esta empresa, e registrou uma provisão para não recuperação do ágio mantido naquela data, no montante de R\$ 467,4 milhões.

A atribuição de um novo custo às terras e fazendas da controlada Paineiras totalizou o montante bruto de R\$ 356,6 milhões (R\$ 235,4 milhões líquido dos tributos diferidos).

Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de “Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido” em 1º de janeiro de 2009.

#### Ativos biológicos – Reflorestamento

São representados por florestas de eucalipto e foram mensurados ao valor justo (*fair value*), conforme estabelecido pelo CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. Pelas práticas contábeis anteriores, esses ativos eram registrados ao custo histórico de formação.

#### Passivos atuariais

Na transição para as novas práticas contábeis, a Companhia reavaliou o tratamento dado aos ganhos ou perdas atuariais. Anteriormente, estes eram reconhecidos diretamente no resultado e a partir da adoção do CPC 33 – Benefícios a empregados, a Companhia passou a reconhecer prospectivamente os ganhos e perdas atuariais diretamente no patrimônio líquido.



### Eliminação de lucros não realizados entre operações de venda da controladora para suas controladas

De acordo com o ICPC 9 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os resultados não realizados decorrentes de transações entre a Controladora - a Companhia - e suas controladas devem ser eliminados por seus valores líquidos de impostos, se aplicável, quando da preparação das demonstrações contábeis individuais da Controladora. Consoante facultado pela Instrução CVM 247/96, a Companhia não efetuava tais eliminações em suas demonstrações contábeis individuais, sendo que essas eliminações eram efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. A Companhia aplicou esse ICPC nas demonstrações contábeis da Controladora.

### Lucros acumulados

Os ajustes de valor justo dos ativos biológicos, da eliminação de lucros não realizados na Controladora e da provisão para ajuste do ágio, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de “Lucros Acumulados” em 1º de janeiro de 2009.

### Reclassificações

Para atendimento ao CPC que trata da Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis (*“Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements”*), algumas reclassificações de saldos contábeis foram realizadas.

Os saldos credores com transações de *vendor* foram reclassificados de “Contas a Receber de Clientes” para “Empréstimos e Financiamentos”. Os saldos de adiantamentos de férias, 13º salário e outros saldos compensáveis pela Companhia no momento da liquidação do passivo, foram reclassificados de “Outros Ativos Circulantes” para “Outras Obrigações”, com o objetivo de apresentar os saldos líquidos, quando aplicável.

### Lucro por ação

O lucro por ação passou a ser apresentado com base no resultado do exercício apurado nas demonstrações contábeis e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações relacionadas ao plano de remuneração baseado em ações e a prevista no contrato de debêntures da 4ª emissão, que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

### Informações por segmento

A Companhia divulgou as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual, segregado em celulose e papel.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, foram calculados o imposto de renda e contribuição social diferidos, com base na alíquota nominal desses impostos.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia e/ou suas controladas possuem o direito legal para tal compensação, sendo apresentados líquidos no ativo ou passivo não circulante.

### Informações adicionais às demonstrações contábeis

Apresentamos a seguir as conciliações entre as práticas contábeis anteriormente adotadas e as novas práticas contábeis nos saldos do patrimônio líquido e do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2009	01/01/2009	2009	01/01/2009
<b>Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores:</b>	4.397.466	3.774.963	4.383.780	3.736.659
Efeitos decorrentes das novas práticas:	<u>3.466.904</u>	<u>3.399.308</u>	<u>3.480.590</u>	<u>3.437.612</u>
Tratamento do dividendo mínimo obrigatório	2.945	-	2.945	-
Custo atribuído ( <i>Deemed cost</i> )	4.873.348	4.887.111	5.229.990	5.243.753
Equivalência patrimonial ( <i>Deemed cost</i> )	235.383	235.383	-	-
Ativos biológicos - Reflorestamento	512.346	432.161	512.346	432.161
Passivo atuarial	(5.766)	-	(5.766)	-
Provisão para não recuperação do ágio	(467.410)	(467.410)	(467.410)	(467.410)
Eliminação de lucro não realizado pela Controladora	(19.832)	(106.918)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.664.110)	(1.581.019)	(1.791.515)	(1.770.892)
<b>Patrimônio Líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis</b>	<u>7.864.370</u>	<u>7.174.271</u>	<u>7.864.370</u>	<u>7.174.271</u>

	2009	
	Controladora	Consolidado
<b>Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores:</b>	853.315	877.932
Efeitos decorrentes das novas práticas:	<u>93.206</u>	<u>68.589</u>
Custo atribuído ( <i>Deemed cost</i> )	(13.763)	(13.763)
Ativos biológicos - Reflorestamento	80.185	80.185
Passivo atuarial	37.500	37.500
Eliminação de lucro não realizado pela Controladora	87.085	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(97.801)	(35.333)
<b>Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis</b>	<u>946.521</u>	<u>946.521</u>

### c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos apresentados.

**10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

#### a) Apuração do resultado

As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, excluindo os impostos e os descontos incidentes sobre as vendas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os

benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

**b) Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**c) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente, são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o *hedge accounting* previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Empréstimos (concedidos) e recebíveis - ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

## Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

## Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

### **d) Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que incluem a exaustão dos ativos biológicos, não excedendo o seu valor de realização. As provisões para perda de estoques (pela baixa rotatividade, obsolescência, etc.) são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **e) Ativos biológicos**

São reflorestamentos de eucaliptos para fornecimento de madeira ao processo de produção de celulose e papel. Parte imaterial dessa madeira, em condições específicas, é destinada para venda a terceiros. Os reflorestamentos são tratados como ativos biológicos dentro do escopo do CPC 29, sendo registrados e apresentados nas demonstrações contábeis por seu valor justo (*fair value*).

### **f) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e sua controlada Paineiras, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial que determinou os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil, determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa, quando incorridos.

O ativo imobilizado está líquido de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em "Impostos a compensar".

**g) Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional, quando contratados, serão reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

**h) Intangível**

Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

Os demais ativos intangíveis se referem as novas transações de aquisições de negócios e seus efeitos estão registrados conforme estabelecido no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

**i) Provisão para recuperação de ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**j) Provisões**

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

**k) Passivos atuariais**

Os planos de benefícios definidos são avaliados por atuário independente para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, conforme previsto no CPC 33 – Benefícios a empregados. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de "Despesas Financeiras".

**l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são

calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado) às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias, são constituídos em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

#### **m) Pagamentos baseados em ações**

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamentos baseados em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamentos baseados em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos “i)” e “ii)” são inicialmente reconhecidos no resultado como despesas administrativas durante o período de aquisição (carência) e durante o tempo em que os serviços são recebidos, em contrapartida a um passivo financeiro (no caso do plano “i)” e “ii)”) ou em conta específica no patrimônio líquido (quando no caso de liquidação exclusiva em ações), e mensurados pelo seu valor justo no momento em que os programas de remuneração são concedidos. O passivo financeiro é remensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido, denominada “Reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

#### **n) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; o cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, conforme divulgação requerida pelo CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

### **10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

#### **a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas, que apresentam seus diagnósticos ao Comitê de Auditoria. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., com a qual a Companhia mantém contrato

desde 2004 e cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria, como o resultado das respectivas auditorias, são apresentados ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. Adicionalmente, a Companhia conta com uma gerência de gestão de riscos e controles internos com o objetivo de melhorar ainda mais sua estrutura de controles internos e governança corporativa.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está investindo cada vez mais em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

#### **b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração e ao Comitê de Auditoria, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia.

#### **10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes às eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

##### **a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica.

##### **b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

##### **c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica.

#### **10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:**

**a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

##### **b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não se aplica.

**b) Natureza e propósito da operação**

Não se aplica.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

**a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Estratégia de crescimento

Em 2010, a estratégia foi amplamente revisada e atualizada, buscando consolidar o processo de planejamento estratégico da Companhia. O estudo identificou as rotas de crescimento que aproveitam todas as competências e adjacências do negócio e resultou no lançamento de um plano com visão de longo prazo, o “Plano Suzano 2024”.

Este Plano afirma que a competência florestal é a principal fonte de competitividade da Companhia focando seus esforços em oferecer produtos inovadores e serviços rentáveis a partir das florestas renováveis. A Companhia permanecerá no segmento de papel, focada na América do Sul, aumentará significativamente sua capacidade produtiva em celulose de mercado e ampliará seu escopo de atuação em novos produtos e serviços adjacentes ao negócio, como produção de pellets de madeira para energia renovável, serviços de gestão de florestas de terceiros e biotecnologia.

Acredita-se que com esse foco de atuação, aliado à inovação, sustentabilidade e excelência operacional, a Companhia se tornará até 2024 – quando o Grupo Suzano completará 100 anos de atuação – uma das organizações empresariais de base florestal de grande relevância e competência no setor.

Adicionalmente, foi concluído em 2011 o processo de compra de 50% dos ativos do Consórcio Paulista de Celulose e Papel (Conpacel) e de 100% da distribuidora KSR, cujas aquisições foram concluídas em 31 de janeiro e 28 de fevereiro, respectivamente. A qualidade dos ativos e a força da distribuição consolidarão a presença da Companhia no Brasil e nos demais países sul-americanos.

Na área de celulose, a Companhia avançou em seus projetos de crescimento orgânico no Nordeste, cujo objetivo é dobrar sua capacidade instalada através da construção das fábricas de produção de celulose no Maranhão e no Piauí, sendo que a decisão de compra dos equipamentos do Piauí será realizada em 2014. No Estado do Maranhão – com start up planejado para o final de 2013 –, foi executado o processo de obtenção de licenças ambientais e aquisição de terras. Foram plantados 22 mil hectares entre 2009 e 2011 totalizando uma área plantada de 50 mil hectares. Adicionalmente, a nossa parceria com a Vale já conta com 35 mil hectares plantados do Programa Vale Florestar. No Piauí, 47 mil hectares já estão plantados, sendo 15 mil hectares só no exercício de 2011. O programa de parceira florestal já conta com 7 mil hectares na região.

Uma etapa importante foi concluída – a contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 2,7 bilhões - para a construção da unidade industrial no Maranhão suportando a implantação da infraestrutura e apoio necessário à operação desta unidade, construção da planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Adicionalmente, a Companhia realizou emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, no valor de R\$ 1,2 bilhão para fortalecer sua estrutura de capital.



A Companhia anunciou em 2011 a celebração dos contratos com a Metso e Siemens para a aquisição dos principais equipamentos para construção da unidade industrial no Maranhão, de acordo com o planejamento e visando o start-up para o final de 2013. A unidade terá capacidade total anual de 1,5 milhão de toneladas de celulose e geração excedente de energia de 100 MW.

Houve grandes avanços em outras frentes que envolvem o Plano Suzano 2024. Foi adquirida a empresa de biotecnologia FuturaGene – líder global em biotecnologia que oferecerá soluções sustentáveis para os mercados florestais, de bioenergia e de biocombustíveis - que possibilitará à Companhia, somada à sua competência em pesquisa e desenvolvimento do eucalipto, acelerar os ganhos de produtividade em suas florestas, além de expandir esta tecnologia para outras culturas agrícolas. Adicionalmente, foi anunciada a criação da Suzano Energia Renovável, com a qual ingressará no mercado de biomassa para a produção de energia em 2014.

Por fim, a Suzano acredita em sua estratégia de crescimento de longo prazo e está comprometida com esta execução para se tornar uma empresa mais inovadora, com excelência operacional e sustentabilidade em suas operações.

**b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não se aplica.

**c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**

Novos Produtos

Em 2011, o portfólio da Companhia foi reforçado com o lançamento dos seguintes produtos:

- Couché Suzano® Image: com uma tonalidade alinhada aos novos padrões de qualidade do mercado, o papel Couché Suzano® Image complementa a linha de papéis revestidos *off-machine* da Suzano. Disponível nas versões Gloss (brilho) e Matte (fosco) são indicados para materiais com alto nível de exigência de qualidade de impressão como revistas, livros de arte, relatórios, peças promocionais, entre outros;
- Kromma® Gloss: desenvolvimento do produto revestido *on machine* 70 g/m<sup>2</sup> na versão brilho na unidade Limeira com a finalidade de atender a demanda por esta gramatura no mercado. É indicado para materiais como revistas, folders, catálogos, entre outros materiais tendo como custo benefício o seu principal atrativo;
- Suzano Report® Carbon Neutral (Mercado Externo) e o Report® 360 (Mercado Interno): aliam a qualidade técnica presente em toda a linha de *cut size* da Suzano com o diferencial de ser o único papel com a pegada de carbono calculada e 100% compensada. Essa iniciativa estende aos nossos diversos públicos o compromisso com a sustentabilidade, a fim de engajá-los e incentivá-los a praticar atitudes sustentáveis, que ajudem na garantia do futuro das próximas gerações.

Inovação e Desenvolvimento

Um dos valores corporativos da Companhia, a inovação é também um compromisso que em 2011 foi revigorado com o estabelecimento de metas de longo prazo e o desenvolvimento de 47 projetos nas três áreas de negócio. Essas iniciativas complementam o trabalho do ano anterior, de conclusão da aplicação do Projeto Inovação. Entre outros frutos, ele resultou em uma governança clara para a área e uma estrutura mais dinâmica, que inclui Comitê e Subcomitê de Inovação e grupos de trabalho setorializados responsáveis pelo gerenciamento dos projetos.

Ainda em 2011, como resultado da estruturação da área de P&D para captação de recursos para inovação obtivemos o benefício fiscal de R\$ 7,9 milhões provenientes da aplicação da Lei do Bem em função dos gastos com projetos de inovação na empresa.

A Tecnologia Florestal em 2011 manteve seu programa contínuo, ao longo de 40 anos, referente ao melhoramento genético do eucalipto, implantando novas florestas com famílias clonais, visando maior sustentabilidade das plantações. Foram criados pacotes tecnológicos para novos sites, tendo como objetivo a maior produtividade e a redução de custos na formação florestal, incluindo a proteção de cultivares de importância estratégica. Também foram repassados materiais genéticos (elite) para melhorias biotecnológicas, processo agora sob comando da FuturaGene, empresa do Grupo Suzano para este fim. O total investido em 2011 para execução das atividades de tecnologia florestal foi de R\$ 14,9 milhões, excluindo os trabalhos de biotecnologia executados pela FuturaGene.

Na área de papel, ainda graças à capacidade inovadora, registrou-se um importante avanço na meta de participação nas vendas dos itens lançados nos últimos dois anos: o percentual do total comercializado que em 2008 foi de aproximadamente 5%, estes valores alcançaram 15,5% em 2011 e devem atingir valores superiores a 20% em 2012. Além da renovação das linhas de produtos da empresa também se iniciou em 2011 a implementação de novas tecnologias para produção de papeis com alto teor de carga mineral contribuindo para manter a competitividade e redução de custos das linhas de papeis *off set* e *cut size*, além de disponibilizar volumes adicionais de celulose de mercado para venda, que devem atingir no próximo ano cerca de 10.000 toneladas adicionais.

Em 2011 a companhia iniciou a operação de uma planta piloto de extração da Lignina contida no Licor Negro, na unidade de Limeira. Esta iniciativa está alinhada ao Plano Suzano 2024, que busca maximizar o valor das matérias-primas de base florestal, elevando a competitividade dos processos de forma alinhada à sustentabilidade. A Suzano está trabalhando ativamente nas oportunidades de utilização da lignina.

A inovação também é estimulada na base operacional por meio de programas como o Click, que premia os colaboradores por ideias inovadoras capazes de melhorar a rotina e reduzir custos. Em 2011, foram apresentadas 344 sugestões, muitas das quais já em fase de aplicação, que resultaram em ganhos de mais de R\$ 4,9 milhões e na distribuição mais de R\$ 212 mil em prêmios aos seus autores. Desde 2001, já foram pagos em prêmios R\$ 1,3 milhão, cujas ideias resultaram em cerca de R\$ 42 milhões de retorno financeiro para a organização.

#### **10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## INFORMAÇÕES

**DOS ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**  
(conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

**12.6 Conselho Fiscal**

<b>Nome:</b>	Luiz Augusto Marques Paes
<b>Idade:</b>	50 anos
<b>Profissão:</b>	Advogado
<b>CPF:</b>	045.320.388-47
<b>Cargo:</b>	Membro efetivo do Conselho Fiscal
<b>Data de eleição:</b>	27.04.2012
<b>Prazo do mandato:</b>	1 ano
<b>Outros cargos ou funções exercidos no emissor:</b>	N/A
<b>Indicado pelo controlador:</b>	Sim

<b>Nome:</b>	Rubens Barletta
<b>Idade:</b>	65 anos
<b>Profissão:</b>	Advogado
<b>CPF:</b>	397.909.328-04
<b>Cargo:</b>	Membro efetivo do Conselho Fiscal
<b>Data de eleição:</b>	27.04.2012
<b>Prazo do mandato:</b>	1 ano
<b>Outros cargos ou funções exercidos no emissor:</b>	N/A
<b>Indicado pelo controlador:</b>	Sim

<b>Nome:</b>	Roberto Figueiredo Mello
<b>Idade:</b>	63 anos
<b>Profissão:</b>	Advogado
<b>CPF:</b>	532.755.358-20
<b>Cargo:</b>	Membro suplente do Conselho Fiscal
<b>Data de eleição:</b>	27.04.2012
<b>Prazo do mandato:</b>	1 ano
<b>Outros cargos ou funções exercidos no emissor:</b>	N/A
<b>Indicado pelo controlador:</b>	Sim

<b>Nome:</b>	Luiz Gonzaga Ramos Schubert
<b>Idade:</b>	74 anos
<b>Profissão:</b>	Advogado
<b>CPF:</b>	080.501.128-53
<b>Cargo:</b>	Membro suplente do Conselho Fiscal
<b>Data de eleição:</b>	27.04.2012
<b>Prazo do mandato:</b>	1 ano
<b>Outros cargos ou funções exercidos no emissor:</b>	N/A
<b>Indicado pelo controlador:</b>	Sim

A posse dos membros do Conselho Fiscal ocorrerá na forma do artigo 149 da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, em até 30 (trinta) dias seguintes à sua eleição, salvo se houver justificativa aceita pelo órgão da administração para a extensão de tal prazo.

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não aplicável, por tratar-se de eleição de membros para o Conselho Fiscal.

#### **12.8 a) Currículos dos membros do Conselho Fiscal**

##### **Membros Efetivos:**

**LUIZ AUGUSTO MARQUES PAES:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. É sócio-diretor da empresa Almeida Prado, Paes e Caruso Consultoria Empresarial Ltda., no segmento de consultoria e assessoria tributária para empresas, desde abril de 1991 até a presente data e faz parte do Conselho Fiscal da Companhia e da Agre S.A., sociedades anônimas de capital aberto. Foi membro do Conselho Fiscal da Suzano Petroquímica, da Cyrela Commercial Properties S.A., e da Abyara S.A.

**RUBENS BARLETTA:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. É membro efetivo do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Holdings S.A. e Tegma Gestão Logística S/A. e membro suplente do Consórcio Alfa de Administração S.A. Foi membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior por mais de 40 anos. Não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

##### **Membros Suplentes:**

**ROBERTO FIGUEIREDO MELLO:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. É sócio da Pacaembu Serviços e Participações Ltda. desde 1998 até o momento. Foi membro do conselho fiscal do Barclay's Bank entre 1995/2002; diretor da Vocal Com. Veículos Ltda. entre 1989/1998; e diretor da SPP - Nemo S.A. Coml Exportadora entre 1986 e 1998.

**LUIZ GONZAGA RAMOS SCHUBERT:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior desde janeiro de 1973 até o momento. É membro efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A. e da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, membro suplente da Alfa Holdings S/A e do Consórcio Alfa de Administração S.A..

#### **b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:**

Os candidatos ora indicados para os cargos do Conselho Fiscal da Companhia, não estiveram sujeitos, nos últimos 05 (cinco) anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre: a) administradores da Companhia; b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia; c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.**

Não há.

**12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; b) controlador direto ou indireto da Companhia; c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.**

Não há.

**SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ/ MF nº 16.404.287/0001-55**  
**NIRE 29300016331**

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

**PARA FINS DOS INCISOS I e II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09**

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 48.600.000,00 (quarenta e oito milhões e seiscentos mil reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. Ressalte-se que o montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros do Conselho de Administração; e (b) até R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo, cujo pagamento encontra-se vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia; deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas; e (c) os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores.

Frise-se que o montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2012 e março de 2013.

## INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

### **13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:**

#### a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com seus princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.

A estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima da média do nosso mercado de referência para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível, que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também, com relação à remuneração variável, a distribuição da participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos seus colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares* ("phantom shares").

Oferecemos ainda, para um grupo selecionado de colaboradores ainda mais interligados aos objetivos de longo prazo da empresa, um Programa de Opções de Compra de Ações Preferenciais da Classe 'A', com condições pré-definidas.

Ambos os programas tem por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem uma maior integração dos seus executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

#### **(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos**

##### Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração que não tenham dedicação permanente a esta atividade fazem jus somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Aqueles Conselheiros que tenham dedicação permanente, além da remuneração fixa fazem jus à uma remuneração variável, também alinhada aos padrões de mercado, por meio de pesquisas de renomada consultoria especializada no tema.

Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom shares*, nem do programa de incentivo de longo prazo de opção de compra de ações preferenciais.

Os membros do Conselho de Administração que não tenham dedicação permanente não fazem jus a qualquer benefício.

Aqueles que tenham dedicação permanente, por sua vez, beneficiam-se de plano de saúde pago pela Companhia e aqueles que, além de serem permanentes, também ocupem assento em todos os Comitês, também fazem jus ao benefício veículo concedido pela Companhia.

### Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Há ainda o incentivo de longo prazo, que, por meio de mecanismo de *phantom shares* e do programa de Opções de Ações preferenciais classe 'A' da Companhia, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

Ambas as parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

Os seguintes benefícios compõem ainda a remuneração da Diretoria: vale alimentação, vale refeição, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, previdência privada, *check-up* de saúde, plano de saúde, plano odontológico e veículo.

Assim como quanto à remuneração, os benefícios oferecidos também seguem padrões de mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é composto de profissionais independentes e renomados.

A política de remuneração dos seus membros acompanha a legislação existente a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação de até 10% da remuneração fixa, em média, atribuída ao membros da Diretoria, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos demais diretores.

Portanto, não fazem jus a qualquer remuneração variável, tampouco a benefícios.

### Comitês

Os membros dos Comitês Estatutários fazem jus à remuneração fixa e variável de curto prazo, de modo a que a parcela da remuneração dos membros dos Comitês componha a remuneração total, apontada pela pesquisa de mercado.

Quando esta remuneração total, baseada em pesquisa de mercado, já foi atingida através do pagamento dos membros da Diretoria ou dos Conselhos, não haverá remuneração variável para os membros dos Comitês Estatutários.

#### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Para o Conselho de Administração, os conselheiros sem dedicação permanente tem 100% de sua remuneração total como remuneração fixa, do mesmo modo que os membros do Conselho Fiscal e membros dos Comitês.



Já para os Conselheiros do Conselho de Administração com dedicação integral, a proporção está entre 55% e 60% como remuneração fixa e 40 a 45% como remuneração variável.

Na Diretoria, a parcela da remuneração fixa na remuneração total corresponde a 45%, a remuneração variável de curto prazo corresponde a 35% e a remuneração variável de longo prazo corresponde a 20%.

Quanto aos Comitês, a remuneração fixa representa 100% da remuneração total.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

### **(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria, Conselhos e Comitês são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA e a dívida líquida.

Como indicadores utilizados para aferir o desempenho individual há, de forma detalhada (e ordenada alfabeticamente):

- capital de giro, contemplando estoques e prazo de pagamento;
- captação de *equity* e dívida;
- cumprimento das atividades críticas definidas;
- cumprimento de orçamento nos limites definidos;
- custos fixos, variáveis e de comercialização;
- disponibilização efetiva de áreas de plantio;
- elaboração efetiva e apresentação de plano de negócios;
- execução de etapas relacionadas a ações de inovação;
- fechamento efetivo de contratos;
- implementação efetiva de atividades previstas;
- integrações operacionais de empresas adquiridas;
- manutenção de estrutura de capital adequada;
- margem de contribuição;
- níveis de produção de papel e celulose;
- taxas de retorno de projeto;

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento acima da média do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da Companhia e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

Para isso, aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual. Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo. Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

#### Conselho de Administração:

Há membros do Conselho de Administração que também têm remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos) e variável (bônus e participação nos resultados) suportada por controladores diretos ou indiretos.

#### Diretoria

Não há membros da Diretoria com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

#### Conselho Fiscal

Não há membros do Conselho Fiscal com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

#### Comitês

Há membros dos Comitês que também tem remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos) e variável (bônus e participação nos resultados) suportada por controladores diretos ou indiretos.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

**13.2 Remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

**Exercício social 31.12.2012**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>20</b>
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	2.699.856	8.009.417	290.244	10.999.517
Benefícios diretos e indiretos	683	1.211.024	N/A	1.211.707
Participação em Comitês	2.036.734	N/A	N/A	2.036.734
Outros	947.318	1.601.883	58.049	2.607.250
Remuneração Variável				
Bônus	3.317.924	N/A	N/A	3.317.924
Participação nos resultados	N/A	10.002.844	N/A	10.002.844
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	663.585	N/A	N/A	663.585
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações	N/A	9.376.714	N/A	9.376.714
Total da remuneração	9.666.100	30.201.882	348.293	40.216.275

**Exercício social 31.12.2011**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	2.553.790	7.543.697	288.482	10.385.969
Benefícios diretos e indiretos	650	1.189.919	N/A	1.190.569
Participação em Comitês	1.957.248	N/A	N/A	1.957.248
Outros	902.208	1.508.739	57.696	2.468.643
Remuneração Variável				
Bônus	7.543.697	N/A	N/A	7.543.697
Participação nos resultados	N/A	11.575.607	N/A	11.575.607
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	1.508.739	N/A	N/A	1.508.739
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações	N/A	5.585.540	N/A	5.585.540
Total da remuneração	14.466.332	27.403.502	346.178	42.216.012

**Exercício social 31.12.2010**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>20</b>
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	4.399.928	6.736.562	240.009	11.376.499
Benefícios diretos e indiretos	264.020	927.913	N/A	1.191.933
Participação em Comitês	3.603.072	N/A	N/A	3.603.072
Outros	1.600.600	1.347.312	48.002	2.995.914
Remuneração Variável				
Bônus	6.168.391	N/A	N/A	6.168.391
Participação nos resultados	N/A	6.872.160	N/A	6.872.160
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	1.233.678	N/A	N/A	1.233.678
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	8.373.813	N/A	8.373.813
Total da remuneração	17.269.689	24.257.760	288.011	41.815.460

**Exercício social encerrado em 31.12.2009**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	4.399.928	6.388.121	240.009	11.028.057
Benefícios diretos e indiretos	201.837	833.257	N/A	1.035.094
Participação em Comitês	2.824.512	N/A	N/A	2.824.512
Outros	1.444.888	1.277.624	48.002	2.770.514
Remuneração Variável				
Bônus	3.773.187	N/A	N/A	3.773.187
Participação nos resultados	N/A	6.910.884	N/A	6.910.884
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	754.637	N/A	N/A	754.637
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	10.287.473	N/A	10.287.473
Total da remuneração	13.398.989	25.697.359	288.011	39.384.359

**13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

**Exercício social 31.12.2012**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	3.317.924	N/A	N/A	3.317.924
Valor máximo previsto no plano de remuneração	3.317.924	N/A	N/A	3.317.924
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	3.317.924	N/A	N/A	3.317.924
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	5.507.158	N/A	5.507.158
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	10.002.844	N/A	10.002.844
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	10.002.844	N/A	10.002.844
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

**Exercício social 31.12.2011**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.657.392	N/A	N/A	2.657.392
Valor máximo previsto no plano de remuneração	7.543.697	N/A	N/A	7.543.697
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	7.543.697	N/A	N/A	7.543.697
Valor efetivamente reconhecido	7.543.697	N/A	N/A	7.543.697
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.558.570	N/A	3.558.570
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	11.575.607	N/A	11.575.607
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	11.575.607	N/A	11.575.607
Valor efetivamente reconhecido	N/A	11.575.607	N/A	11.575.607

**Exercício social 31.12.2010**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.875.000	N/A	N/A	2.875.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.748.500	N/A	N/A	5.748.500
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	5.748.500	N/A	N/A	5.748.500
Valor efetivamente reconhecido	6.168.389	N/A	N/A	6.168.389
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.146.565	N/A	9.146.565
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.494.982	N/A	5.494.982
Valor efetivamente reconhecido	N/A	6.720.421	N/A	6.720.421



**Exercício social encerrado em 31.12.2009**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	<b>20</b>
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.321.279	N/A	N/A	2.321.279
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.642.558	N/A	N/A	4.642.558
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	4.642.558	N/A	N/A	4.642.558
Valor efetivamente reconhecido	3.773.187	N/A	N/A	3.773.187
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.156.250	N/A	9.156.250
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.494.982	N/A	5.494.982
Valor efetivamente reconhecido	N/A	6.910.885	N/A	6.910.885

### **13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

#### **a. termos e condições gerais**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente,.

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de *phantom shares* a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de *phantom shares* aos seus beneficiários.

Adicionalmente a este plano, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe 'A' da Companhia a determinados executivos.

Em 10 de agosto de 2009 e 11 de agosto de 2010 (data da outorga), o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para este fim, aprovou o Regulamento e Contratos do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O plano estabelece condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações preferenciais Classe 'A' de sua emissão a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), a serem definidos em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo estatuto social e Conselho de Administração da Companhia.

#### **b. principais objetivos do plano**

Os programas de ILP em *phantom shares* e o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe 'A' são sistemas criados com o objetivo de:

- i) alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii) fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii) permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv) estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

#### **c. forma como o plano contribui para estes objetivos**

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, definidos anualmente pelo Comitê de Gestão.

#### **d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários frente a este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

#### **e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (*phantom shares* e opções de compra de ações preferenciais Classe 'A') alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do Comitê de Gestão, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a conseqüente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de *vesting* para as *phantom shares*, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

Já para as opções de compra de ações preferenciais Classe 'A', a Companhia as outorga em prazos futuros, com base no preço de outorga que, por sua vez, é mais baixo que o valor da ação no momento da sua concessão, de modo que ao beneficiário interesse trabalhar a valorização da empresa, buscando uma diferença maior entre o preço de aquisição na data da outorga e o preço justo das ações da Companhia no exercício da opção.

Adicionalmente, o plano de opção de compra de ações adotado pela Companhia impõe um período de restrição para transferência das ações, o que também atua para que o beneficiário tenha interesse em focar em ações de gestão sustentáveis no longo prazo.

A título exemplificativo, alguns dos indicadores adotados pelo Comitê de Gestão para a concessão do programa de remuneração baseada em ações são a relação EBITDA e dívida líquida, o valor econômico agregado e o incremento do valor da empresa.

#### **f. número máximo de ações abrangidas**

A determinação das quantidades de *phantom shares* a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões.

Quanto às *phantom shares* outorgadas, não há relação de conversão, limite ou número máximo com as ações preferenciais que compõem o Capital Social da mesma.

As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia.

São então outorgadas quantidades de *phantom shares* a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia (SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões.

Para o programa de 2006, havia limitação de valorização das *phantom shares* em 120% do valor de outorga.

Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

#### **g. número máximo de opções a serem outorgadas**

Já para o plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações (opções de compra de ações preferenciais Classe 'A'), as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao Beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções.

#### **h. condições de aquisição das ações**

O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das *phantom shares* (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme inciso (iii) do item 13.4(f) acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as *phantom shares* que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares*, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas *phantom shares* nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais Classe 'A', as condições de aquisição e não-aquisição são: i) no caso de desligamento por justa causa, pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, foram definidos prazos de carência (período de aquisição, definido em 13.4 (j) abaixo), durante os quais os beneficiários poderão exercer sua opção, total ou parcialmente.

#### **i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício, correspondente a cada *phantom share* (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$ , sendo:

Pe = preço de exercício do lote original, o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

O preço, correspondente a cada ação preferencial Classe 'A' (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer parcial ou totalmente sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = Pb \times (1+WACC)^{t/252} - (D+JCP) \times (1+WACC)^{t/252}$ , sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Pb = preço base fixado em R\$ 14,56 por opção para o Programa 1 e R\$ 15,53 por opção para o Programa 2.

WAAC = custo médio ponderado de capital da Companhia, a ser calculado pela média dos WACC atribuídos à Companhia pelos analistas de mercado de quatro instituições financeiras renomadas. O primeiro reajuste foi aplicado em 1º de junho de 2010, com base na média dos WACC atribuídos à Companhia no mês imediatamente anterior (maio de 2010); as variações seguintes serão calculadas a cada período de 12 meses, ou *pro-rata temporis* se o exercício da opção se der antes de completado o período de 12 meses subsequente.

D+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período em questão.

Se, quando aplicável, (i) na data de exercício das opções a diferença entre o preço de exercício e o preço unitário das Ações Preferências Classe 'A' de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo na data de início de cada período de carência for inferior a R\$ 8,00 ou (ii) o beneficiário declarar que não quer exercer a opção total ou parcialmente, a Companhia efetuará um pagamento extraordinário ('Pagamento Extraordinário') ao beneficiário no valor correspondente à seguinte fórmula:

$Pex = VR - ((PM \times Q) - (Pe \times Q))$

Pex = Pagamento extraordinário

VR = Valor de Referência, que é calculado por (R\$8,00 x Qtde. Opções da série não exercidas pelo beneficiário)

PM = Preço de Mercado, corresponde ao preço unitário das ações de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo no início de cada período de carência

Q = Quantidade de opções da série não exercidas pelo beneficiário

Pe = Preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

#### j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

Assim, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O plano de opção de compra de ações preferências Classe 'A' da Companhia, segue os seguintes prazos:

Programa	Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
Programa 1	1ª. data de exercício: de 01/06/2010 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/06/2011 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/06/2012 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção
Programa 2	1ª. data de exercício: de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/08/2015 a 31/12/2015	Saldo remanescente de ações ou 60% do total de ações sob opção

#### k. forma de liquidação

Para as *phantom shares*, a liquidação se dá em folha de pagamento a favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

Para as opções de compra de ação Classe 'A', a Companhia poderá, até os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, utilizar-se (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria, para a entrega das ações.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções.

Ainda conforme o regulamento do plano, a liquidação, obedecendo às condições definidas, poderá se dar pelo pagamento em moeda corrente com a obrigação de compra de ações da Companhia em mercado e retenção pelo período de carência.

Em 31 de dezembro de 2011, havia 4.154 mil ações preferenciais em tesouraria disponíveis para servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

#### **I. restrições a transferência das ações**

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

Não há para este programa, a concessão de ações da Companhia.

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivo de longo prazo.

As condições para pagamento de compensação a tais beneficiários ocorrem no mês de janeiro de cada ano, se o valor de mercado da Companhia superar o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios passados.

O valor da compensação paga aos executivos é em função do incremento do valor de mercado das preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior, e é pago no mês de março subsequente.

O valor de mercado das ações preferenciais da Companhia é estabelecido mediante a multiplicação da cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, e a quantidade total das ações preferenciais.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente destinadas pelos beneficiários mediante a aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia, e a manutenção dessas ações em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2012.

A alienação dessas ações pelo beneficiário fora dos prazos especificados, implica indenização à Companhia pelo valor total transacionado acrescido de multa de 1% ao mês.

Na hipótese de demissão sem justa causa por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

Para o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe 'A', a restrição para a transferência das ações se dá durante o período de carência, definido no item 13.4 (j) acima (período de aquisição).

**m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Na hipótese de dissolução ou liquidação da Companhia, os beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe 'A' poderão exercer suas opções que já possam ser exercidas no período compreendido entre a data da convocação da assembléia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma.

Caso contrário, as opções serão extintas, da mesma forma que o seu Regulamento e os respectivos Contratos de Adesão.

Os planos de opção de compra de ações preferenciais Classe 'A' da Companhia, assim como o de Incentivo de Longo Prazo em *phantom shares*, poderão ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Comitê de Gestão da Companhia.

O término da vigência dos planos não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

**n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações**

Conforme mencionado no item 13.4(h) acima, com relação às *phantom shares*: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as *phantom shares* que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares*, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais Classe 'A': i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções.

**13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Quantidade de ações detidas diretamente de emissão da Companhia	40.367.255	790.175	14.200	41.171.630
Quantidade de debêntures detidas de emissão da Companhia	114.789	1.238	-	116.027

Nota: Nenhum dos administradores da Companhia detém diretamente ações ou cotas em controladas ou empresas sob controle comum do emissor. A sua participação nestas empresas dá-se somente de forma indireta, através das ações detidas por estes na Companhia, a qual por sua vez, detém participação nestas sociedades.



13.6 - Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**PHANTOM SHARES**

<b><u>Exercício social corrente (a encerrar em 31/12/2012)</u></b>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	A) mai/07 B) mar/08 C) ago/08 D) mar/09 E) mar/09 F) set/09 G) mar/10 H) mar/11 I) mar/12	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	A) mai/07 - 31.328 B) mar/08 - 59.390 C) ago/08 - 7.197 D) mar/09 - 135.878 E) mar/09 - 26.711 F) set/09 - 46.889 G) mar/10 - 63.177 H) mar/11 - 135.947 I) mar/12 - 263.449	N/A	N/A	769.966
prazo para que as opções se tornem exercíveis	A) set/10 - 31.328 B) mar/11 - 59.390 C) set/14 - 7.197 D) mar/12 - 135.878 E) mar/13 - 26.711 F) set/12 - 46.889 G) mar/13 - 63.177 H) mar/14 - 135.947 I) mar/15 - 263.449	N/A	N/A	769.966
prazo máximo para exercício das opções	A) set/13 - 31.328 B) mar/14 - 59.390 C) set/14 - 7.197 D) mar/15 - 135.878 E) mar/16 - 26.711 F) set/15 - 46.889 G) mar/16 - 63.177 H) mar/17 - 135.947 I) mar/18 - 263.449	N/A	N/A	769.966
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	16,83	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	A) mai/07 - 23,38 B) mar/08 - 43,38 C) ago/08 - 34,74 D) mar/09 - 15,11 E) mar/09 - 15,11 F) set/09 - 15,11 G) mar/10 - 23,86 H) mar/11 - 14,91 I) mar/12 - 7,49	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

**PHANTOM SHARES**

**Exercício social encerrado em 31/12/2011**

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	A) mar/06 B) mai/07 C) mar/08 D) ago/08 E) mar/09 F) mar/09 G) set/09 H) mar/10 I) mar/11	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	A) mar/06 - 10.965 B) mai/07 - 31.328 C) mar/08 - 59.390 D) ago/08 - 7.197 E) mar/09 - 135.878 F) mar/09 - 26.711 G) set/09 - 46.889 H) mar/10 - 63.177 I) mar/11 - 135.947	N/A	N/A	517.482
prazo para que as opções se tornem exercíveis	A) mar/09 - 10.965 B) set/10 - 31.328 C) mar/11 - 59.390 D) set/14 - 7.197 E) mar/12 - 135.878 F) mar/13 - 26.711 G) set/12 - 46.889 H) mar/13 - 63.177 I) mar/14 - 135.947	N/A	N/A	517.482
prazo máximo para exercício das opções	A) mar/12 - 10.965 B) set/13 - 31.328 C) mar/14 - 59.390 D) set/14 - 7.197 E) mar/15 - 135.878 F) mar/16 - 26.711 G) set/15 - 46.889 H) mar/16 - 63.177 I) mar/17 - 135.947	N/A	N/A	517.482
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	15,26	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

valor justo das opções na data da outorga	A) mar/06 - 10,03 B) mai/07- 23,38 C) mar/08 - 43,38 D) ago/08 - 34,74 E) mar/09 - 15,11 F) mar/09 - 15,11 G) set/09 - 15,11 H) mar/10 - 23,86 I) mar/11 - 14,91	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

## OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'

### PROGRAMA 1

<u>Exercício social corrente (a encerrar em 31/12/2012)</u>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<b>número de membros</b>	8	9	3	20
data de outorga	10/8/2009			
quantidade de opções outorgadas	500.000	N/A	N/A	500.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2010 - 62.500 01/06/2011 - 62.500 01/06/2012 - 375.000	N/A	N/A	500.000
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações <sup>(1)</sup>	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	7,27	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	11,36	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,19%	N/A	N/A	N/A

Nota:<sup>(1)</sup> Para as opções exercidas o prazo de restrição é de 12 meses. Se o beneficiário optar pelo exercício em moeda corrente, o prazo passa a ser de 24 meses a partir do exercício.

**OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'****PROGRAMA 2**

<b><u>Exercício social corrente (a encerrar em 31/12/2012)</u></b>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<b><u>número de membros</u></b>	8	9	3	20
data de outorga	11/8/2010			
quantidade de opções outorgadas	600.000	N/A	N/A	600.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/08/2013 - 120.000 01/08/2014 - 120.000 01/08/2015 - 360.000	N/A	N/A	600.000
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações <sup>(1)</sup>	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	0,29	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	5,97	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,15%	N/A	N/A	N/A

**OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'****PROGRAMA 1**

<b>Exercício social encerrado em 31/12/2011</b>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<b>número de membros</b>	8	9	3	20
data de outorga	10/8/2009			
quantidade de opções outorgadas	500.000	N/A	N/A	500.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2010 - 62.500 01/06/2011 - 62.500 01/06/2012 - 375.000	N/A	N/A	500.000
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações <sup>(1)</sup>	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	8,03	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	9,38	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	11,36	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,19%	N/A	N/A	N/A

Nota:<sup>(1)</sup> Para as opções exercidas o prazo de restrição é de 12 meses. Se o beneficiário optar pelo exercício em moeda corrente, o prazo passa a ser de 24 meses a partir do exercício.

**OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'****PROGRAMA 2**

<b><u>Exercício social corrente encerrado em 31/12/2011</u></b>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<b><u>número de membros</u></b>	8	9	3	20
data de outorga	11/8/2010			
quantidade de opções outorgadas	600.000	N/A	N/A	600.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/08/2013 - 120.000 01/08/2014 - 120.000 01/08/2015 - 360.000	N/A	N/A	600.000
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações <sup>(1)</sup>	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	5,29	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	5,97	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,15%	N/A	N/A	N/A



**PHANTOM SHARES**

**Exercício social encerrado em 31/12/10**

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	A) mar/06 B) mai/07 C) mar/08 D) mar/08 E) ago/08 F) mar/09 G) mar/09 H) set/09 I) mar/10	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	A) mar/06 - 10.965 B) mai/07 - 31.328 C) mar/08 - 190.936 D) mar/08 - 59.390 E) ago/08 - 7.197 F) mar/09 - 135.878 G) mar/09 - 26.711 H) set/09 - 46.889 I) mar/10 - 63.177	N/A	N/A	572.471
prazo para que as opções se tornem exercíveis	A) mar/09 - 10.965 B) set/10 - 31.328 C) mar/11 - 190.936 D) mar/11 - 59.390 E) set/14 - 7.197 F) mar/12 - 135.878 G) mar/13 - 26.711 H) set/12 - 46.889 I) mar/13 - 63.177	N/A	N/A	572.471
prazo máximo para exercício das opções	A) mar/12 - 10.965 B) set/13 - 31.328 C) mar/11 - 190.936 D) mar/14 - 59.390 E) set/14 - 7.197 F) mar/15 - 135.878 G) mar/16 - 26.711 H) set/15 - 46.889 I) mar/16 - 63.177	N/A	N/A	572.471
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	15,61	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	16,10	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	15,49	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

valor justo das opções na data da outorga	A) mar/06 - 10,03 B) mai/07- 23,38 C) mar/08 - 34,74 D) mar/08 - 43,38 E) ago/08 - 34,74 F) mar/09 - 15,11 G) mar/09 - 15,11 H) set/09 - 15,11 I) mar/10 - 23,86	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

**OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'****PROGRAMA 1****Exercício social encerrado em 31/12/10**

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<b><u>número de membros</u></b>	8	9	3	20
data de outorga	10/8/2009			
quantidade de opções outorgadas	500.000	N/A	N/A	500.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2010 - 62.500 01/06/2011 - 62.500 01/06/2012 - 375.000	N/A	N/A	500.000
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações <sup>(1)</sup>	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	10,7	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	11,36	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,19%	N/A	N/A	N/A

Nota: <sup>(1)</sup> Para as opções exercidas o prazo de restrição é de 12 meses. Se o beneficiário optar pelo exercício em moeda corrente, o prazo passa a ser de 24 meses a partir do exercício.

**OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'****PROGRAMA 2**

<b><u>Exercício social encerrado em 31/12/10</u></b>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<b><u>número de membros</u></b>	8	9	3	20
data de outorga	11/8/2010			
quantidade de opções outorgadas	600.000	N/A	N/A	600.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/08/2013 - 120.000 01/08/2014 - 120.000 01/08/2015 - 360.000	N/A	N/A	600.000
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações <sup>(1)</sup>	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	NA	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	5,97	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,15%	N/A	N/A	N/A

**PHANTOM SHARES**

**Exercício social encerrado em 31.12.2009**

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	A) mar/06 B) mai/07 C) mar/08 D) mar/08 E) mar/08 F) ago/08 G) mar/09 H) mar/09 I) set/09	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	A) mar/06 - 10.965 B) mai/07 - 31.328 C) mar/08 - 285.089 D) mar/08 - 190.936 E) mar/08 - 59.390 F) ago/08 - 7.197 G) mar/09 - 135.878 H) mar/09 - 26.711 I) set/09 - 46.889	N/A	N/A	794.383
prazo para que as opções se tornem exercíveis	A) mar/09 - 10.965 B) set/10 - 31.328 C) mar/10 - 285.089 D) mar/11 - 190.936 E) mar/11 - 59.390 F) set/14 - 7.197 G) mar/12 - 135.878 H) mar/13 - 26.711 I) set/12 - 46.889	N/A	N/A	794.383
prazo máximo para exercício das opções	A) mar/12 - 10.965 B) set/13 - 31.328 C) mar/10 - 285.089 D) mar/11 - 190.936 E) mar/14 - 59.390 F) set/14 - 7.197 G) mar/15 - 135.878 H) mar/16 - 26.711 I) set/15 - 46.889	N/A	N/A	794.383
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	18,07	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

valor justo das opções na data da outorga	A) mar/06 - 10,03 B) mai/07- 23,38 C) mar/08 - 34,74 D) mar/08 - 34,74 E) mar/08 - 43,38 F) ago/08 - 34,74 G) mar/09 - 15,11 H) mar/09 - 15,11 I) set/09 - 15,11	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

**OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'**

<b><u>Exercício social encerrado em 31.12.2009</u></b>	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	9	3	20
data de outorga	10/8/2009			
quantidade de opções outorgadas	500.000	N/A	N/A	500.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2010 - 62.500 01/06/2011 - 62.500 01/06/2012 - 375.000	N/A	N/A	500.000
prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no início do exercício social	10,7	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	11,36	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	0,19%	N/A	N/A	N/A

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

**PHANTOM SHARES**

<b>Exercício social encerrado em 31.12.2011</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Membros	8	9	3	20
Em relação às opções ainda não exercíveis:	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	216.675	N/A	N/A	216.675
Data em que se tornarão exercíveis	mar/12 - 135.878 set/12 - 46.889 mar/13 - 26.711 set/14 - 7.197	N/A	N/A	216.675
Prazo máximo para exercício das opções	mar/15 - 135.878 set/15 - 46.889 mar/16 - 26.711 set/14 - 7.197	N/A	N/A	216.675
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	8,01	N/A	N/A	8,01
<b>Em relação às opções exercíveis</b>				
Quantidade	250.326	N/A	N/A	250.326
Prazo máximo para exercício das opções	mar/14	N/A	N/A	mar/14
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	16,83	N/A	N/A	16,83
Valor justo das opções no último dia do exercício social	16,83	N/A	N/A	16,83
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	4.212.987	N/A	N/A	4.212.987



**OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE 'A'****PROGRAMA 1**

<b><u>Exercício social encerrado em</u></b> <b><u>31.12.2011</u></b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Membros	8	9	3	20
Em relação às opções ainda não exercíveis:	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	375.000	N/A	N/A	375.000
Data em que se tornarão exercíveis	01/06/2012	N/A	N/A	01/06/2012
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2012	N/A	N/A	31/12/2012
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	N/A	N/A	12 meses
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	7,27	N/A	N/A	7,27
<b>Em relação às opções exercíveis</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

**PROGRAMA 2**

<b>Exercício social encerrado em</b> <b>31.12.2011</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Membros	8	9	3	20
Em relação às opções ainda não exercíveis:	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	600.000	N/A	N/A	600.000
Data em que se tornarão exercíveis	01/08/2013, 01/08/2014, 01/08/2015	N/A	N/A	01/08/2013, 01/08/2014, 01/08/2015
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	N/A	N/A	31/12/2015
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	N/A	N/A	12 meses
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,29	N/A	N/A	0,29
<b>Em relação às opções exercíveis</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

**13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social:**

**Exercício social encerrado em 31.12.2011**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Em relação às opções exercidas:				
Número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às ações entregues:				
Número de ações	N/A	135.947	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	16,06	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

**Exercício social encerrado em 31.12.2010**

	<b>Conselho De Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Em relação às opções exercidas:				
Número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às ações entregues:				
Número de ações	N/A	63.177	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	23,86	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

**Exercício social encerrado em 31.12.2009**

	<b>Conselho De Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	9	8	3	20
Em relação às opções exercidas:				
Número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às ações entregues:				
Número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:**

Para a determinação do valor justo das *phantom shares*, a Companhia definiu conforme modelo de cálculo do programa a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 de cada exercício, multiplicado pelo TRS de 125%, quando aplicável.

Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	8,01
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	8,01
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	8,01
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	0,96
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	8,01
ILP2008 (A)	mar/08	34,74	8,01
ILP2009 (A)	mar/08	34,74	8,01
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	6,01
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	6,01
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	6,01
ILP2009 (M)	set/09	15,11	6,01
ILP2009 (PE)	jun/09	15,11	6,01
ILP2009	mar/10	23,86	8,01
ILP2009 (J)	mai/10	21,56	8,01
ILP 2010	mar/11	18,64	8,01

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação (definida na política do programa vigente em dezembro de 2007), para a determinação do valor justo destas *phantom shares* e também para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe 'A', a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjersund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores		
	Ações Fantasma	Opções	
		Programa I	Programa II
Preço do ativo base (1)	R\$ 8,01 / ação	R\$ 6,74/ ação	R\$ 6,74 / ação
Expectativa de volatilidade (2)	42,81% a.a.	36,82% a.a.	36,82% a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	2,20 anos	1,02 anos	3,64 anos
Expectativa de dividendos (4)	3,61% a.a.		
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 10,55%	média de 10,04%	média de 10,79%

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

(3) A expectativa de vida média das *phantom shares* e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

**13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros	8	9	3	<b>20</b>
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	<b>N/A</b>
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	3.570.390	N/A	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	277.151	N/A	-
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	-

**13.11 - Valores da maior e menor remuneração individual, para o ultimo exercício social, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:**

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5 ao Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, instituição à qual alguns dos Administradores da Companhia são associados.

**13.12 - Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 - Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:**

<b>ORGÃO</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2011</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2010</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2009</b>
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	85,27%	57,26%	47,65%
Conselho Fiscal	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>85,27%</b>	<b>57,26%</b>	<b>47,65%</b>

**13.14 - Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:**

<b>ORGÃO</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2011</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2010</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2009</b>
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	615.656	596.886	613.279
Conselho Fiscal	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>615.656</b>	<b>596.886</b>	<b>613.279</b>

**13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:**

<b>ORGÃO</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2011</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2010</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2009</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>	-	-	-
<b>Conselho de Administração <sup>(1)</sup></b>	6.536.610	8.573.518	7.491.921
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-
<b>TOTAL <sup>(2)</sup></b>	6.536.610	8.573.518	7.491.921

**Nota:**

<sup>(1)</sup> Remuneração recebida a título de honorários por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. As sociedades que arcaram com a remuneração demonstrada são Suzano Holding S.A. e IPLF Holding S.A.

<sup>(2)</sup> Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

**13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.



## PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA

Prezados Acionistas,

A Administração da Suzano Papel e Celulose S.A. (“Companhia”) apresenta a proposta de reforma ao seu Estatuto Social, para deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, conforme itens abaixo expostos:

- **Alteração da redação do caput do artigo 5º**

Aprovação do aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 760.386.201,12, passando de R\$ 2.685.182.767,36, para R\$ 3.445.568.968,48. Essa proposta tem por objetivo a capitalização parcial de recursos existentes na conta Outros Resultados Abrangentes, para destinação do saldo do ajuste de custo atribuído aos ativos imobilizados anteriormente detidos do Conpacel, de Lucros Acumulados para Capital Social.

- **Inserção de parágrafos aos artigos 1º e 15 e alteração da redação do artigo 17**

Adequação do Estatuto Social às exigências do novo Regulamento de Listagem Nível 1 da BM&FBovespa e à Lei 12.431/2011. Esta proposta tem por objetivo adequar o estatuto (i) às cláusulas mínimas obrigatórias previstas no novo Regulamento de Listagem Nível 1, em vigor desde 10/05/2011, conforme Ofício Circular 017/2011-DP da BM&FBovespa e (ii) à alteração introduzida com o artigo 6º da Lei 12.431/2011, que dispensa a exigência da condição de acionista por membro do Conselho de Administração.

As alterações propostas ao Estatuto Social não resultam em qualquer efeito jurídico ou econômico para a Companhia e/ou para qualquer parte a ela relacionada.

Encontram-se abaixo os artigos do Estatuto Social, contendo, em destaque, as alterações ora propostas.

REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
.	<b>Art.1º, Único</b> - <u>A sociedade integra o segmento especial de listagem Nível 1 de Governança Corporativa da BM&amp;FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&amp;FBOVESPA), sujeitando-se, juntamente com seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&amp;FBOVESPA (“Regulamento do Nível 1”).</u>
<b>Art. 5º</b> - O capital social subscrito é R\$ <del>2.685.182.767,36 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões, cento e oitenta e dois mil reais, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos)</del> dividido em 408.892.401 (quatrocentas e oito milhões, oitocentas e noventa e duas mil, quatrocentas e uma) ações, sem valor nominal, das quais 140.039.904 (cento e quarenta	<b>Art. 5º</b> - O capital social subscrito é R\$ <u>3.445.568.968,48 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)</u> dividido em 408.892.401 (quatrocentas e oito milhões, oitocentas e noventa e duas mil, quatrocentas e uma) ações, sem valor nominal, das quais 140.039.904 (cento e quarenta

<p>milhões, trinta e nove mil, novecentas e quatro) são ordinárias, nominativas, 266.926.398 (duzentas e sessenta e seis milhões, novecentas e vinte e seis mil, trezentas e noventa e oito) são preferenciais classe "A" e 1.926.099 (um milhão, novecentas e vinte e seis mil e noventa e nove) são ações preferenciais classe "B", ambas escriturais</p>	<p>milhões, trinta e nove mil, novecentas e quatro) são ordinárias, nominativas, 266.926.398 (duzentas e sessenta e seis milhões, novecentas e vinte e seis mil, trezentas e noventa e oito) são preferenciais classe "A" e 1.926.099 (um milhão, novecentas e vinte e seis mil e noventa e nove) são ações preferenciais classe "B", ambas escriturais</p>
	<p><b>Art. 15, Parágrafo Segundo -</b> <u>A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à previa subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.</u></p>
<p><b>Art. 17 -</b> O Conselho de Administração é constituído de 5 (cinco) a 9 (nove) membros, todos acionistas, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, que entre eles designará o Presidente e até 2 (dois) Vice-Presidentes.</p>	<p><b>Art. 17 -</b> O Conselho de Administração é constituído de 5 (cinco) a 9 (nove) membros, <del>todos acionistas</del>, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, que entre eles designará o Presidente e até 2 (dois) Vice-Presidentes.</p>

## INFORMAÇÕES DO ANEXO 14 – AUMENTO DE CAPITAL

### AUMENTO DE CAPITAL

PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL, FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A., A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA., NOS TERMOS DO ANEXO 14 DA INSTRUÇÃO CVM 481/09.

1. Informar valor do aumento e do novo capital social.

**O aumento do capital social da Companhia será no montante de R\$ 760.386.201,12, passando de R\$ 2.685.182.767,36, para R\$ 3.445.568.968,48.**

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações.

**O aumento do capital social será realizado mediante a capitalização parcial de recursos existentes na conta Outros Resultados Abrangentes, para destinação do saldo do ajuste de custo atribuído aos ativos imobilizados anteriormente detidos do Conpacel, de Lucros Acumulados para Capital Social.**

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas.

**De acordo com as normas internacionais de contabilidade, o saldo existente em Outros Resultados Abrangentes relativo a ajuste de custo atribuído a ativos imobilizados deve ser realizado contra Lucros Acumulados, quando a aquisição do controle é atingida em estágios. A capitalização aprova a destinação de saldo que não transitou no resultado do exercício da Companhia e, portanto não trará consequências jurídicas e econômicas.**

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.

**Em 23/03/2012, o Conselho Fiscal da Companhia opinou favoravelmente pelo aumento de capital ora proposto, conforme ata anexa.**

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações.

**Não aplicável, visto que não haverá a emissão/subscrição de novas ações.**

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas: a) informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas; b) informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal; c) em caso de distribuição de novas ações: (i) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; (ii) informar o percentual que os acionistas receberão em ações; (iii) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas; (iv) informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995; (v) informar o tratamento das frações, se for o caso; d) informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976; e) informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível.

**a) Não haverá alteração no valor nominal das ações.**

**b) Não haverá modificação do número de ações.**

- c) **Não haverá distribuição de novas ações.**
- d) **Não aplicável, visto que não haverá modificação do número de ações.**
- e) **Não aplicável.**

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição: a) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; b) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas.

**Não aplicável, visto que o aumento do capital não se dará por conversão de valores mobiliários em novas ações.**

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**

Aos 23 de março de 2012, às 16:00 horas, no escritório da Suzano Papel e Celulose S.A., na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho Fiscal da Companhia, presentes os seus membros efetivos ao final assinados, com o objetivo de, em cumprimento ao estabelecido no artigo 163, incisos II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinar: (i) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, bem como a Projeção de Resultados da Companhia, em observância a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e (ii) a proposta da administração para o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações. Após o exame dos documentos apresentados, os senhores conselheiros decidiram, por votação unânime: (i) emitir o seguinte "PARECER DO CONSELHO FISCAL. Senhores Acionistas, os membros do CONSELHO FISCAL da Suzano Papel e Celulose S.A., em reunião realizada nesta data e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, "Ernst & Young Auditores Independentes S/S", bem como a Projeção de Resultados da Companhia, em observância a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os quais estão em conformidade com as prescrições legais e opinam favoravelmente à sua aprovação. São Paulo, 23 de março de 2012. Rubens Barletta, Luiz Augusto Marques Paes e Jaime Luiz Kalsing." e (ii) opinar favoravelmente à proposta de aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 760.386.201,12 (setecentos e sessenta milhões, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e um reais e doze centavos), sem emissão de novas ações, em ratificação a procedimento contábil que destinou a realização do ajuste de custo atribuído aos ativos imobilizados anteriormente detidos do Conpacel, de Lucros Acumulados para Capital Social, bem como do encaminhamento da proposta à Assembleia Geral Extraordinária, com a consequente alteração do Art. 5º do seu Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais se lavrou esta ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos presentes. São Paulo, 23 de março de 2012.

Rubens Barletta

Luiz Augusto Marques Paes

Jaime Luiz Kalsing